UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

MARIANA TAFAKGI FRAGOSO SILVA

O QUE APRENDEMOS E O QUE ENSINAMOS: O PROCESSO DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL NO MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA DA VILA AUTÓDROMO

Niterói

2018

MARIANA TAFAKGI FRAGOSO SILVA

O QUE APRENDEMOS E O QUE ENSINAMOS: O PROCESSO DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL NO MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA DA VILA AUTÓDROMO

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Licenciatura em Ciências Sociais, como requisito parcial para conclusão do curso.

Orientador:

Profa. Drª Carolina Zuccarelli

Co-orientador:

Prof. Dr. Erick Omena

Niterói

2018

MARIANA TAFAKGI FRAGOSO SILVA

O QUE APRENDEMOS E O QUE ENSINAMOS: O PROCESSO DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL NO MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA DA VILA AUTÓDROMO

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Licenciatura em Ciências Sociais, como requisito parcial para conclusão do curso.

Aprovada em ___ de _____ de 201__.

BANCA EXAMINADORA

_____

Profa. Dr.ª Carolina Zuccarelli (Orientador) - UFF

_____

Prof. Dr. Erick Omena (Co-orientador) – IPPUR/UFRJ

_____

Prof.

_____

Prof.

Niterói

2018

À Sandra Regina, que me ensinou muitas coisas, mas principalmente a respeito da natureza das plantas nas nossas incursões pela Vila Autódromo cada vez mais esvaziada.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer aos meus orientadores, Carolina Zuccarelli e Erick Omena, por terem aceitado a empreitada de me orientar no último período da graduação e colocar ordem nas minhas ideias dispersas. Agradeço pela dedicação e respeito com o meu trabalho, mas principalmente pela confiança na provocação de novas formas de conceber a minha pesquisa e escrita, que tornaram esta monografia possível.

Gostaria de prestar meu imenso agradecimento a todos os moradores da Vila Autódromo que me receberam tão bem na minha caminhada. Pessoas carinhosas e de luta, que "resistem sem perder a ternura", e me ensinam sobre família, casa, justiça, valores, festas, arte, comidas, museus, plantas, antropologia, sociologia...

Sou grata à professora Leticia de Luna Freire por ter me escolhido para fazer a pesquisa de campo na Vila Autódromo e ajudado a construir minha etnografia. Agradeço também pelas oportunidades oferecidas e confiança que sempre colocou em mim.

Agradeço ao meu pequeno grande amor Gabriel "matéria-prima dessa canção". Esse texto é também seu, pela ajuda infinita durante toda a minha pesquisa/vida. Fotografando, escrevendo, vivendo o campo comigo. Por ter ajudado as minhas questões acadêmicas, metodológicas, afetivas e existenciais.

Aos meus pais devo tudo o que sou. Ao meu pai por ser um dos bons homens do mundo. Por saber ouvir, ler e tentar entender o que eu digo e por se esforçar em ser melhor ainda. Obrigada pelo maior carinho e compreensão de sempre. À minha mãe que fez eu me tornar, sem querer e sem saber, cientista social como ela. Não sei se já percebeu, mas sempre quis ser essa pessoa que defende seus ideais e luta contra as injustiças do mundo. Obrigada por ser fonte da minha inspiração.

Ao meu irmão devo tudo o que quero ser. Caio me faz ter vontade de seguir em frente todas as vezes que eu tenho dúvidas. Meu irmão mais novo me ensinou muitas coisas e que

me faz aprender na tentativa de poder ensiná-lo um pouco também. E se luto por um mundo que acredito ser melhor é para que meu irmão possa viver nele.

Agradeço aos meus amigos que fizeram a parte da caminhada da vida, que colocaram e responderam questões. E principalmente me incentivaram como só os amigos conseguem fazer. Alguns me acompanharam nas idas aos eventos na Vila Autódromo, Taís, Amanda, Luana, Bia, Annelise, Igor, Fernando, Shana, Raylane ou no mínimo conversaram algumas vezes sobre. E agradeço principalmente às amigas que participaram também da construção da monografia, que viveram comigo em Niterói nos últimos anos de faculdade. Layla, me ajudou a superar com sua leveza os trancos que a faculdade nos dá, se tornando uma amiga muito querida. Annelise me trouxe da Antropologia para dividir apartamento e também a vida. Agradeço a Heloisa, por ter me dado o privilégio de ser amiga de uma das pessoas que mais acredito. Ajudando-me nesse texto, sem ao menos precisar pedir, uma das pessoas que sei que estarão lá. E por fim agradeço à Letícia, sem dúvidas minha maior companheira nesse texto e dos últimos tempos, que construiu comigo esse trabalho. Espero ter estado para vocês da mesma forma.

Por fim agradeço ao investimento público a mim concedido desde o Ensino Médio até a Universidade, principalmente pelo financiamento de bolsas de pesquisa durante boa parte da graduação que me permitiram a inserção no campo acadêmico. Como futura educadora vou lutar na defesa da educação pública e gratuita de qualidade.

“Los cinco años de lucha frontal, dos de los cuales son de una franca guerra, han moldeado el espíritu revolucionario de todos nosotros en los choques cotidianos con la realidad y con la sabiduría instintiva del pueblo. Efectivamente, nuestro contacto con las masas campesinas nos ha enseñado la gran injusticia que entraña el actual régimen de propiedad agraria, nos convencieron de la justicia de un cambio fundamental de ese régimen de propiedad; nos ilustraron en la práctica diaria sobre la capacidad de abnegación del campesinado cubano, sobre su nobleza y lealtad sin límites. Pero nosotros enseñamos

> también; enseñamos a perder el miedo a la represión enemiga, enseñamos la superioridad de las armas populares sobre el batallón mercenario, enseñamos, en fin, la nunca suficientemente repetida máxima popular: "la unión hace la fuerza."
>
> Ernesto Che Guevara
> "Lo que aprendimos y lo que enseñamos".

RESUMO

Considerando o processo de mobilização coletiva empreendido na Vila Autódromo contra as tentativas de remoção forçada por parte da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, objetivou-se investigar a dimensão educativa nesse processo. Tal dimensão foi constatada durante pesquisa de campo na qual foram contemplados métodos qualitativos de pesquisa, ao serem observadas mudanças nas trajetórias sociais dos integrantes do movimento de resistência. A mobilização coletiva foi então analisada à luz de conceitos da obra de Pierre Bourdieu, tais como capital, campo e *habitus*. Desse modo, observou-se que as trajetórias sociais dos integrantes do movimento de resistência foram influenciadas pelas transformações dos *habitus*, decorrentes das relações estabelecidas nas movimentações no interior dos campos e da reflexão sobre as disposições adquiridas. Por fim, este estudo buscou investigar essa dimensão da mobilização coletiva da Vila Autódromo como um processo de educação não formal.

Palavras-chave: Vila Autódromo - Mobilização Coletiva - Remoção - Educação não formal

ABSTRACT

Considering the process of collective mobilization undertaken in Vila Autódromo against the attempts of forced removal by the Rio de Janeiro city council, the objective is to investigate the educational dimension of this process. This was confirmed during the field research in which research qualitative methods were considered, when some changes on the social trajectories of the movement members were observed. Collective mobilization was then analyzed in light of Pierre Bourdieu's concepts, such as capital, field, and habitus. There by, it was observed that the social trajectories of the members of this collective mobilization were influenced by the transformations of the habitus of these agents, arising from the relationships established in the movements within specific fields and through rational reflection on the dispositions themselves. Finally, this study sought to investigate the process of collective mobilization of Vila Autódromo as a process of non-formal education.

Keywords: **Vila Autódromo – Collective Mobilization – Removal – Non-formal education**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13

Tema da pesquisa 13

Apresentação do caso da Vila Autódromo 14

Chegada ao campo 15

Metodologia 16

Estrutura do texto 17

CAPÍTULO 1 – O histórico de construção e remoção da Vila Autódromo

1.1 A Vila Autódromo 19

1.2 Histórico de construção da localidade 23

1.3 Tentativas do Poder Público municipal de remover a Vila Autódromo 24

CAPÍTULO 2 – A mobilização coletiva da Vila Autódromo – os dispositivos de resistência 32

2.1 Articulações

2.2 Eventos 40

2.3 Apropriações 43

CAPÍTULO 3 – A mobilização coletiva à luz de Pierre Bourdieu 47

3.1 Capital 47

3.2 Campos 48

3.3 *Habitus* 51

3.4 A dimensão educativa da transformação do *habitus* 53

CAPÍTULO 4 - A mobilização coletiva da Vila Autódromo enquanto um processo de educação não formal 56

4.1 Educação formal, informal e não formal

4.2 A mobilização coletiva da Vila Autódromo e a educação não formal **57**

4.3 Possíveis relações entre educação formal e não formal 69

4.4 A educação não formal em uma perspectiva emancipatória **73**

CONSIDERAÇÕES FINAIS 78

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 84

ANEXOS **89**

INTRODUÇÃO

TEMA DA PESQUISA

O presente trabalho se dedica a investigar a existência de uma dimensão educativa na mobilização coletiva empreendida na Vila Autódromo contra as tentativas de remoção total por parte da prefeitura do Rio de Janeiro. Para tal, vou analisar a mobilização coletiva à luz de conceitos da obra de Pierre Bourdieu, tais como capital, campo e *habitus*, e depois investigá-lo enquanto um processo não formal de educação.

A ideia da temática deste trabalho surgiu a partir dos resultados de uma pesquisa de Iniciação Científica iniciada em 2014[1] sobre os impactos sociais causados pelas intervenções urbanísticas no Rio de Janeiro no contexto de preparação da cidade para realização dos Jogos Olímpicos 2016. Dentro desse contexto de impactos sobre a população carioca, o objetivo do projeto era se debruçar sobre o deslocamento compulsório de pessoas na cidade.

A pesquisa de caráter etnográfico tinha como objetivo se concentrar nos efeitos sobre a Vila Autódromo, localidade contígua à principal instalação do megaevento na Zona Oeste da cidade e ameaçada de remoção total por parte da prefeitura. Desde o início do projeto acompanhei o conflito entre poder público e população local que, junto com agentes externos, empreendeu um movimento de resistência à remoção forçada. A pesquisa inicialmente priorizou identificar e descrever os efeitos do processo de remoção na vida das famílias: o desmantelamento de relações sociais entre vizinhos e

---

[1] A pesquisa "Copa e Olimpíadas para quem? Uma etnografia sobre os impactos sociais e as mobilizações coletivas no processo de preparação do Rio de Janeiro como sede de megaeventos esportivos" concedida através do edital PIBIC 2014/2015 orientada pela Prof.ª Dr.ª Leticia de Luna Freire. No edital PIBIC 2015/2016 participei do projeto "Conflitos e mobilizações coletivas na Cidade Olímpica: o caso da Vila Autódromo" orientado pela Prof.ª Dr.ª Simoni Lahud Guedes. Dando continuidade às pesquisas, no edital do ano 2016/2017 realizei a pesquisa "Mobilidade escolar e conflitos no processo de remoção de assentamentos populares na "Cidade Olímpica" orientada Prof. Dr. Felipe Berocan Veiga. E por fim no edital 2017/2018 fui contemplada com o projeto "A remoção da Vila Autódromo a partir das experiências afetivas e sociais de suas crianças e jovens" também orientado pelo Prof. Dr. Felipe Berocan Veiga.

familiares, a debilitação da infraestrutura local, a relação com os funcionários da prefeitura, entre outros. Contudo, ao longo do processo de pesquisa, mais especificamente no ano de 2016, alguns "novos" efeitos foram por mim identificados, além dos provocados pela remoção e notados inicialmente: os engendrados pela movimentação em torno da resistência, que aqui chamo de mobilização coletiva. E são esses novos dados que me fizeram atentar para uma possível dimensão educativa do processo e que busco investigar neste texto.

Acredito ser interessante mencionar que um dos motivos de ter sido selecionada para o projeto de pesquisa - que buscava alguém com interesse no tema e pudesse realizar trabalho de campo na Zona Oeste da cidade - era o fato de que, além de ser moradora da região, havia passado por um recente processo de deslocamento compulsório por parte da prefeitura da cidasde dentro do mesmo contexto, minha casa em Jacarepaguá foi demolida com a justificativa da construção da via expressa Transolímpica[2]. Apesar do processo de desapropriação da minha família ter se dado de modo totalmente diferente do analisado na Vila Autódromo, creio que a minha experiência foi responsável tanto pelo meu interesse no tema, quanto pelo interesse de alguns dos interlocutores em mim, que muitas vezes me colocaram em uma posição intermediária entre "pesquisadora" e "removida".

APRESENTAÇÃO DO CASO DA VILA AUTÓDROMO

Para se construir enquanto sede dos Jogos Olímpicos de Verão de 2016, o Rio de Janeiro passou por drásticas intervenções urbanas com a justificativa de se tornar uma "Cidade Olímpica"[3]. Sob o pretexto de utilizar a oportunidade da realização do megaevento e deixar um legado para seus habitantes, poder público e iniciativa privada se uniram para transformar a cidade através de projetos de mobilidade, expansão e renovação urbana. Contudo, a população carioca sofreu uma série de impactos sociais relativos a essas transformações urbanas[4], e como um dos exemplos mais sensíveis

---

[2] Transolímpica é uma via expressa construída para ligar dois pólos de eventos dos Jogos Olímpicos: Parque Olímpico da Barra da Tijuca e o Parque Olímpico de Deodoro.

[3] Sobre a construção do Rio de Janeiro como uma "Cidade Olímpica" indico a leitura de Freire e Tafakgi (2016).

[4] Sobre os impactos sociais dos Jogos Olímpicos 2016 indico a leitura do dossiê "Megaeventos e violação dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro disponível em: http://www.childrenwin.org/wp-content/uploads/2015/12/Dossie-Comit%C3%AA-Rio2015_low.pdf acessado em 17/06/2018

podemos citar a remoção de assentamentos populares. Dados apontam que ao menos 67 mil pessoas[5] sofreram o maior deslocamento compulsório na história da cidade. Um caso emblemático de "remoção olímpica" é o da Vila Autódromo, tanto pela oscilante argumentação sobre a necessidade de sua extinção, quanto pela sua resistência em permanecer no mesmo local.

A Vila Autódromo é um assentamento urbano popular que surgiu na década de 1970 e que, a partir do ano de 1993, sofreu sucessivas tentativas de desocupação total por parte da prefeitura. Contudo, a justificativa para as cerca de 1200 pessoas que ali moravam tivessem suas casas efetivamente demolidas foi a construção de um dos equipamentos esportivos dos Jogos Olímpicos de 2016, o Parque Olímpico da Barra da Tijuca[6]. O conjunto de argumentos utilizado pelo poder público foi amplamente questionado pelo movimento de resistência constituído na Vila Autódromo, tendo em vista que a área em que está assentada era objeto de interesse tanto pelo capital privado - pois vinha passando por um processo de valorização imobiliária - quanto pelo poder público - que elegeu o bairro como alvo de massivos investimentos de melhoria da infraestrutura urbana. Porém, apesar da constatada articulação público-privada[7] para forçar os antigos moradores a deixarem o local, 20 famílias conseguiram permanecer, configurando-se como uma emblemática mobilização coletiva pelo direito à cidade.

CHEGADA AO CAMPO

A minha chegada ao campo se deu por meio de uma visita guiada organizada por um seminário sobre os megaeventos, que elegeu a Vila Autódromo como um lugar exemplar para demonstrar os impactos dos grandes eventos na cidade. Nesse momento,

---

[5] De acordo com os dados colhidos por Azevedo e Faulhaber (2015) comparando número de pessoas removidas por gestão municipal de Eduardo Paes (2009-2013), Carlos Lacerda (1961-1965) e Pereira Passos (1902-1906).

[6] De acordo com a prefeitura da cidade no Relatório sobre a Política Habitacional de 2015 "reassentamentos e desapropriações no Rio, nos últimos anos, não tiveram relação direta com os grandes eventos que a cidade recebeu, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas. A única exceção foi o caso da Vila Autódromo, onde famílias - que, em sua maioria, viviam condições precárias -foram reassentadas para a abertura de vias de acesso ao Parque Olímpico. E ainda assim, as famílias foram realocadas em um condomínio a 1,5 quilômetro de distância, no mesmo bairro onde está inserida a comunidade." O Relatório está disponível em: https://medium.com/explicando-a-pol%C3%ADtica-de-habita%C3%A7%C3%A3o-da-prefeitura/pol%C3%ADtica-habitacional-do-rio-suas-diretrizes-e-n%C3%BAmeros-macros-ce687846392 acessado em 18/06/2018

[7] Alguns trabalhos se dedicaram a analisar essa articulação público-privada, sugiro a leitura de Guimarães (2015) e Azevedo e Faulhaber (2015)

no mês de abril do ano de 2014, a Vila Autódromo começava a ter as primeiras casas demolidas e as primeiras famílias reassentadas. Depois de então, voltei ao local no dia de uma reunião da associação de moradores, que acabou não acontecendo, na qual eu conheci a moradora Célia, que além de passar uma noite chuvosa contando sua história, me apresentou posteriormente para outros moradores. Passei a acompanhar as reuniões da associação de moradores e a partir disso conheci novos interlocutores. Logo comecei a fazer visitas mais regulares e frequentar os diversos eventos do movimento de resistência que foram se tornando cada vez mais frequentes.

Para além dos tradicionais atos e protestos, foram utilizadas diversas táticas e estratégias "sutis" (CERTEAU, 1997) para resistir às sucessivas investidas da prefeitura de desocupação da área. Foram realizados eventos culturais, como os chamados "Ocupa Vila Autódromo" nos quais variadas atrações artísticas ocupavam o local com o objetivo de dar visibilidade à luta dos moradores e por meio disso intimidar ações violentas por parte do poder público[8]. Também podemos citar o I Candomblé em Defesa da Casa de Nanã, uma cerimônia candomblecista realizada com o objetivo de defender a permanência do terreiro na localidade em que seu *ariaxé* foi assentado[9]. Um outro exemplo foi a realização de um "Café-da-manhã comunitário" na avenida que dá acesso à localidade, no qual moradores distribuíram aos transeuntes pães e bolos enquanto tentavam contar um pouco de sua história de conflito com o poder público. A localidade sediou um extenso número de eventos, festas, aulas, lançamentos de livros e cursos. A especificidade dessa forma de resistência também é representada nos projetos que foram criados durante esse período, como a horta comunitária agroecológica, a biblioteca, o Plano Popular de Urbanização e o museu.

Esses exemplos selecionados foram observados durante a pesquisa de Iniciação Científica e se tornaram relevantes para que pudesse atentar para o fato de que o

---

[8]Em alguns casos as forças policiais foram utilizadas: para garantir a demolição de algumas casas e da associação de moradores e para fiscalizar comércios quando ainda existiam na localidade. Foram utilizados agentes da Guarda Municipal, da Polícia Militar e do Grupo de Operações Especiais (GOE). É relevante também salientar que durante um período de tempo uma viatura da PM fiscalizava a entrada da localidade, impedindo por exemplo a entrada de materiais de construção. E que uma das demolições de residência com aparato policial acabou em confronto com moradores machucados.

[9] O *ariaxé* enterrado no chão é a fundação ancestral do terreiro e torna o espaço sagrado. E uma vez enterrado não pode mais ser mexido.

conflito foi também catalisador de uma série de novas experiências para o grupo afetado. Ou seja, a partir da contenda, os moradores que não queriam o reassentamento criaram novas formas de existência para validar o direito de permanência, ou, simplesmente, para possibilitar a resistência no local. Esse conjunto de táticas proporcionou, e foi proporcionado por, uma gama de interlocuções entre moradores e agentes de movimentos sociais, mídia, universidade e instituições que se mostraram profícuas em vários aspectos. Os agentes da mobilização coletiva passaram a integrar outras ações coletivas, como feministas, agroecológicos ou de favelas; colaboraram com a produção de filmes, matérias jornalísticas, pesquisas e eventos acadêmicos; participaram de debates e audiências públicas, enfim, um acúmulo de experiências talvez não vividas em circunstâncias "regulares".

METODOLOGIA

O desenvolvimento desta pesquisa desde o início visou contemplar uma variedade de métodos e técnicas de pesquisa qualitativa, priorizando, entretanto, a etnografia como narrativa de uma experiência em processo. Em uma etnografia,

> o pesquisador se implica de corpo e alma no contexto da experiência e das atividades ordinárias de seus interlocutores. Ele se engaja na primeira pessoa nas situações cotidianas, que frequenta de forma regular e repetitiva durante uma longa jornada. Desse modo, está também diante da excepcionalidade de eventos únicos aos quais somente ele assiste e testemunha em campo. O pesquisador embarca numa compreensão aproximada, focalizando os fenômenos que se dão concretamente diante dele, no momento exato de sua produção. (CEFAI, VEIGA & MOTA, 2010)

O método etnográfico se deu a partir da observação direta e participante na Vila Autódromo e em outros espaços onde a mobilização coletiva se deu, mas também foram utilizadas entrevistas semiestruturadas e foram consultadas outras fontes como matérias jornalísticas[10], mídias sociais, materiais audiovisuais, documentos e etc.

---

[10] No ano de 2015 dediquei parte do projeto de Iniciação Científica "Conflitos e mobilizações coletivas na Cidade Olímpica: o caso da Vila Autódromo" orientado pela Prof.ª Dr.ª Simoni Lahud Guedes ao levantamento do material publicado sobre a Vila Autódromo no jornal O Globo. Os resultados foram apresentados no ano de 2015 no Seminário de Iniciação Científica PIBIC./UFF

Na primeira etapa da pesquisa de Iniciação Científica realizei o levantamento bibliográfico que englobou artigos, trabalhos acadêmicos, livros do campo da antropologia urbana e que discutiam impactos sociais dos megaeventos esportivos nas cidades, com foco na remoção de assentamentos populares. Ademais, com a proposta de orientar a pesquisa para o contorno educativo da mobilização coletiva para a realização deste texto monográfico, foi necessário buscar uma nova bibliografia que ajudasse a entrar no campo de estudos sobre educação. Para tal, conversando com meus orientadores Carolina Zuccarelli e Erick Omena, me foram sugeridas as pertinentes interlocuções com os conceitos de capital, campo e *habitus* da teoria de Pierre Bourdieu e com a categoria de educação não formal.

Os três conceitos apresentados são fundamentais na obra de Bourdieu. O conceito de capital é alargado para além de seu sentido econômico, mas analogamente pode ser acumulado, ser transmitido e permite obter lucros. Bourdieu introduz a ideia de "capital simbólico", que é uma espécie de crédito social, isto é, algo que depende da crença socialmente difundida na sua validade. A eficácia do capital simbólico liga-se à universalidade do reconhecimento que ele recebe. O capital adquire várias formas (cultural, social, etc.) e é equivalente ao poder sobre um determinado campo. O campo é um sistema de relações objetivas entre posições que estabelece como legítimos certos objetivos, que assim se impõem aos agentes que dele participam. Esses agentes, por sua vez, interiorizam o próprio campo, incorporando suas regras em suas práticas, o que Bourdieu chama de *habitus,* um sistema de esquemas de percepção e apreciação. Os três conceitos apresentados rapidamente serão aprofundados no capítulo 3.

A primeira hipótese trabalhada é que as trajetórias sociais dos integrantes dessa mobilização coletiva foram influenciadas pelas relações estabelecidas nas suas movimentações por entre os campos. A segunda hipótese é que o contorno educativo se deu por um processo não formal de educação. O conceito será aprofundado no capítulo 4, mas de maneira sintética, a educação não formal é aquela que se aprende via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas.

Portanto, o meu objeto de análise nesse texto é o conjunto de agentes que se engajaram na mobilização coletiva contrária à remoção empreendida na Vila Autódromo, com o objetivo de investigar o possível contorno educativo nesse processo.

Estrutura do texto

A estrutura do texto consiste em um primeiro capítulo que apresenta um panorama sobre o caso da Vila Autódromo, descrevendo rapidamente a localidade e o contexto das tentativas de remoção em que foi inserida. O objetivo é demonstrar que as sucessivas tentativas de remoção atribuíram um caráter singular ao caso e propiciaram a construção da mobilização coletiva que fundamenta uma possível experiência educativa sobre a qual esse trabalho se debruça.

O segundo capítulo versa sobre o histórico de resistência contra a remoção e os dispositivos utilizados pela mobilização coletiva para promover a permanência no local. O material de pesquisa trazido no capítulo foi o que me proporcionou a percepção sobre o tema da monografia. Ou seja, que me fez pensar na possibilidade de existência de uma dimensão educativa na mobilização coletiva.

O terceiro capítulo analisa o processo de mobilização coletiva a partir de conceitos da obra de Pierre Bourdieu. As concepções bourdieusianas me ajudaram a analisar o processo de transformação do *habitus* que existe por meio da movimentação e circulação dentro dos campos sociais e também por um trabalho de análise reflexiva sobre as próprias disposições.

No quarto e último capítulo, busco inserir a discussão apresentada no campo das pesquisas sobre educação e investigar o processo de mobilização coletiva enquanto educativo através da categoria de "educação não formal" e o lugar desses processos não-formais na sociedade contemporânea.

CAPÍTULO 1 – O HISTÓRICO DE CONSTRUÇÃO E REMOÇÃO DA VILA AUTÓDROMO

> "As pessoas têm o direito da sua casa, sem derrubar casa nenhuma. Mas derrubar as casas se as pessoas não tivessem construído tudo bem, mas elas construíram com o suor delas". (entrevista com Thomas, janeiro de 2017)

1.1 A VILA AUTÓDROMO

Uma bandeira suspensa por um mastro na qual se lêem dois logotipos: "Viva Vila Autódromo. Rio sem Remoções" e "Museu das Remoções" avisa para quem passar

por entre as avenidas Salvador Allende[11] e Embaixador Abelardo Bueno[12] que ali estão localizados a Vila Autódromo e o Museu das Remoções. Entre os grandes edifícios, seria preciso um pouco de atenção para enxergar as vinte casas brancas de um pavimento, uma outra casa fora do padrão do conjunto e a capela São José Operário que compõem a atualmente chamada "Rua Vila Autódromo". Mas a bandeira, assim como uma grande placa na entrada da localidade cumprem o papel de destacar a presença e marcar uma posição contra as remoções.

Bandeira que indica a Vila Autódromo. Fonte: Página no Facebook. Acessado em 17/06/2018

[11]A Avenida Salvador Allende possui aproximadamente 7 quilômetros de extensão, e é uma importante via de circulação entre os bairros da Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes, Jacarepaguá, Camorim e Curicica. Na avenida está localizado o Centro de Convenções Riocentro, alguns condomínios de classe média alta, e a Vila Olímpica, erguida para abrigar os atletas durante os Jogos Olímpicos e depois ser vendida como o condomínio Ilha Pura.

[12]A Avenida Embaixador Abelardo Bueno atravessa a divisa entre os bairros de Jacarepaguá e Barra da Tijuca, além de fazer a ligação entre a Avenida Salvador Allende, a Avenida Ayrton Senna, a Avenida Transolímpica e a Estrada Pedro Corrêa e dar acesso à Linha Amarela. Estão localizados na avenida o Jeunesse Arena, o Parque Aquático Maria Lenk construído para os Jogos Pan-Americanos, o Parque Olímpico da Barra da Tijuca, complexos empresariais e o Shopping Metropolitano. Abriga condomínios de classe média alta e alguns no modelo "autossuficiente" com sistema de transportes próprio e ampla infraestrutura, tais como: Villas da Barra, 5 estrelas Full Condominium, Bora Bora Barra Resort Real, Cidade Jardim e Rio2. Apenas o condomínio Rio2 possui aproximadamente 15 mil moradores. A região conta também com hotéis se destacando e também a primeira unidade na cidade da rede hoteleira de luxo Hilton.

Placa na entrada da Vila Autódromo com duas fotos em perspectiva comparada: antes e depois das remoções. Fonte: página do Facebook. Acessado em: 18/06/2018.

Como podemos ver na segunda imagem, a placa faz uma comparação entre dois momentos da Vila Autódromo, antes das remoções no ano de 2014, e depois da urbanização com as 20 famílias restantes, em 2017. Podemos dizer que além de demarcar o processo de desocupação pelo qual a localidade passou, o fato da escolha da tradução das frases em inglês e espanhol demonstra uma preocupação com a compreensão do texto por pessoas de países diferentes, visto que a Vila Autódromo durante o processo de resistência recebeu muitos visitantes estrangeiros, entre jornalistas, pesquisadores, etc.

Atualmente, além da diferença em termos de número e aparência das casas, também podemos identificar um grande hotel "Residence Inn by Marriott Rio de Janeiro Barra da Tijuca", no terreno contíguo à Vila Autódromo onde antes existia o Autódromo Internacional Nelson Piquet. Também foi construído um terminal de ônibus BRT[13] chamado Centro Olímpico que por sua vez faz referência a grande novidade da região: o Parque Olímpico da Barra da Tijuca. Sobre o que permanece como na foto de

[13] Bus Rapid Transit (BRT) é um tipo de sistema de transporte público baseado no uso de ônibus em corredores expressos.

2014, podemos citar as 20 famílias de moradores, as duas construções originais e a Lagoa de Jacarepaguá, que margeia a localidade.

O nome Vila Autódromo fazia referência às relações de proximidade física e social da localidade com o já citado e também chamado Autódromo de Jacarepaguá, construído em 1978. Sobre essa relação é interessante destacar as oficinas mecânicas que existiam na principal rua da localidade − Rua do Autódromo −, nas quais os pilotos podiam realizar pequenos reparos e guardar seus veículos antes do autódromo ser definitivamente desativado e demolido, em 2012, já com o objetivo de abrigar as instalações do principal centro das competições dos Jogos Olímpicos[14] (FREIRE e TAFAKGI, 2016).

Vale salientar que existe uma disputa quanto ao nome da bairro em que a Vila Autódromo está localizada. Como podemos perceber o autódromo levava o nome do bairro de Jacarepaguá, mas o Parque Olímpico e o hotel, localizados no mesmo terreno, se referem ao bairro da Barra da Tijuca. Alguns moradores recebiam correspondências com o endereço de Curicica. E a região ainda foi rebatizada pelo mercado imobiliário de "Barra Olímpica". De acordo com Mariana Cavalcanti (2017) do ponto de vista do mercado imobiliário, tratava-se de esticar o alcance da marca "Barra da Tijuca" a espaços outrora vendidos como "Curicica" ou "Jacarepaguá". À vista disso existe um projeto de lei (807/2010) que visou instituir a criação do bairro Barra Olímpica que abrangeria, entre outras áreas, a Vila do Pan, o Rio 2, o condomínio Cidade Jardim, a Vila Autódromo e o Riocentro.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) obtidos no último censo realizado antes das remoções em 2010, a Vila Autódromo possuía 1.252 habitantes, distribuídos por 356 domicílios. A população tinha um perfil heterogêneo no que se refere à origem, escolaridade, trabalho e renda. A maioria dos moradores tinha sua própria residência (apenas 10% pagavam aluguel) e seu cotidiano escolar e de trabalho integrado à região onde residiam. Segundo levantamento feito pelo Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ETTERN/UFRJ), cerca de 80% das crianças e jovens estudavam em escolas

[14] O novo autódromo do Rio de Janeiro foi anunciado para ser construído no bairro de Deodoro, na Zona Norte da cidade, mas até o presente momento suas obras ainda não foram iniciadas.

públicas das imediações e 65% dos adultos trabalhavam no próprio bairro ou em bairros vizinhos[15] (VAINER et al. 2013).

Na época em que comecei meu trabalho de campo em 2014, no início do período de demolições, a Vila Autódromo possuía cerca de onze ruas e a maioria das edificações em alvenaria. Além das oficinas mecânicas, possuía um considerável número de estabelecimentos comerciais: mercado, padarias, bares, salões de beleza. Também era dotada de templos religiosos: uma capela católica, igrejas evangélicas, terreiros de umbanda e terreiros de candomblé. E por fim contava com uma associação de moradores e espaços de lazer coletivo: uma praça com brinquedos para as crianças e um campo de futebol de terra batida.

1.2 Histórico de construção da localidade

De acordo com os relatos dos moradores durante a pesquisa, as primeiras famílias que se estabeleceram na Vila Autódromo, no início da década de 70, eram majoritariamente compostas por pescadores artesanais, atraídos pela Lagoa de Jacarepaguá e trabalhadores, como os da construção civil, que migraram para a região que começava a se expandir em busca de trabalho. A localidade foi constituída por um perfil heterogêneo de moradores, mas algumas singularidades nesse perfil podem ser destacadas. Um fator relevante se refere à origem de alguns de seus habitantes e sua relação com o poder público. O terreno da Vila Autódromo pertencia ao Governo do Estado (Caixa Habitacional da Polícia Militar do Estado) que, em 1989, assentou na área famílias oriundas da favela Cardoso Fontes, em Jacarepaguá, removida para dar lugar à construção de um hospital. Em 1994, a antiga Secretaria de Habitação e Assuntos Fundiários assentou mais 60 famílias no mesmo local (VAINER et al, 2013). Além desses casos significativos do ponto de vista da consolidação da moradia no local por parte do poder público, existem casos isolados que merecem ser destacados. Por exemplo, o de Altair, último presidente da associação de moradores, que contabiliza três

[15] De acordo com o meu levantamento de dados as escolas públicas nas imediações que atendiam os moradores da Vila Autódromo eram principalmente as Escolas Municipais Roberto Burle Marx, Hemetério dos Santos, Finlândia e Jornalista Campos Ribeiro. Os bairros vizinhos são Barra da Tijuca, Curicica, Camorim e Recreio dos Bandeirantes.

remoções em sua história de vida. Aos 14 anos, Altair foi removido da Ilha dos Caiçaras, ao lado da Lagoa Rodrigo de Freitas. De lá, foi assentado na Cidade de Deus, em Jacarepaguá, de onde foi removido novamente em 1990. Seu próximo destino foi a Vila Autódromo, no qual teve sua residência demolida em 2015. Podemos dizer que a experiência dos moradores da Vila Autódromo com deslocamentos compulsórios pela cidade evidencia a utilização da "remoção como solução para o problema das favelas".[16]

Em 1994, o então governador Leonel Brizola outorgou, através da Secretaria da Habitação e Assuntos Fundiários do Rio de Janeiro, 77 termos de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) pelo prazo de 30 anos, consolidando o direito dessas famílias à moradia na área. Quatro anos depois, o governador Marcello Alencar renovou as primeiras concessões e outorgou mais 162 termos – todos, a partir daí, pelo prazo de 99 anos - alcançando o total de 247 famílias beneficiadas. A consolidação do direito à moradia no local foi ampliada em janeiro de 2005, dez anos após o primeiro requerimento feito pelo Governo do Estado, quando a Prefeitura decretou o terreno do Autódromo e seu entorno, como Área de Especial Interesse Social (AEIS)[17], excluindo apenas a faixa marginal da lagoa e possibilitando o projeto de parcelamento e registro dos contratos administrativos conferidos aos moradores.

A despeito do poder público reconhecer a área em caráter provisório, promover a sua ocupação e inclusive consolidar o direito à moradia, não podemos dizer o mesmo sobre a garantia dos serviços urbanos básicos na localidade. Foi através da Associação de Moradores, Pescadores e Amigos da Vila Autódromo (AMPAVA), criada em 1987, que os moradores obtiveram, por exemplo, acesso à água canalizada e redes de esgoto. Apesar das condições físicas e jurídicas da localidade, muitas foram as tentativas do poder público municipal de remover integralmente a Vila Autódromo, assim como muitas e variadas foram as justificativas utilizadas para esta ação − amplamente

[16] Sobre "a solução remoção" indico a leitura de Magalhães (2013) e de Gonçalves (2013)

[17] Dispositivo jurídico previsto na Constituição Federal de 1988, que dispõe sobre políticas habitacionais e regularização fundiária urbana, cuja elaboração compete ao município. No caso do Rio de Janeiro, as AEIS foram regulamentadas pela Lei Orgânica de 1990, pelo Plano Diretor de 1992 e posteriormente alteradas pelo Plano Diretor de 2011. Sobre a AEIS da Vila Autódromo, conferir Lei Complementar nº74/2005 disponível em: http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/1dd40aed4fced2c5032564ff0062e425/6ac956bdce1be32d032577220075c824?OpenDocument

contestadas pelo movimento de resistência contra a remoção forçada.

1.3 Tentativas do poder público municipal de remover a Vila Autódromo

As primeiras ameaças de remoção da localidade remontam à década de 90, período da chamada "limpeza urbana"[18] nos bairros da Barra da Tijuca e Jacarepaguá. É interessante destacar que apesar do nome de Eduardo Paes[19] vir a acompanhar todo o processo, o discurso que justifica a necessidade de desocupação da área mudou muito ao longo do tempo. Podemos ilustrar as primeiras ameaças através das seguintes matérias de jornais:

[18] Além da Vila Autódromo, as localidades de Via Parque, Gilka Machado, Restinga do Recreio, Favela da Macumba, Vila Marapendi, Favela do Mato Alto e Grande Canal aparecem na lista das ameaçadas de remoção no mesmo período e região. Para saber mais sobre as remoções da década de 90 sugiro ler Guimarães (2015).

[19] Eduardo Paes iniciou sua carreira política na denominada "Juventude César Maia", na década de 90. Foi nomeado como subprefeito da Barra da Tijuca de 1993 a 1996. Depois disso segue como vereador, deputado federal, secretário de meio ambiente, concorre ao governo estadual, Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer, se torna prefeito da cidade do Rio de Janeiro em 2008 e é reeleito em 2012, com o fim do mandato em 2016, ano dos Jogos Olímpicos.

Barra: invasões escondem casas luxuosas

EDGAR ARRUDA

Terreno de 700 metros quadrados, com casa de três andares, deck e garagem para barco, tudo isso em frente à Lagoa de Marapendi. Esse poderia ser o texto de anúncio de aluguel ou venda de uma bela casa numa das regiões mais valorizadas do Rio, a Barra da Tijuca. Na verdade, é a descrição de uma das residências escondidas da Vila Autódromo, um dos vários terrenos invadidos na Barra da Tijuca, à beira da Lagoa de Marapendi, área de proteção ambiental.

O mapa da Vila Autódromo — que tem como acesso uma rua que sai na Avenida Alvorada — é simples: logo na entrada existe uma casa de madeira pré-fabricada, que para uma empresa especializada nesse tipo de construção custa, no mínimo, Cr$ 100 milhões. Mas a casa que serve de portão de entrada para a área invadida por humildes sem-teto tem um valor estimado ainda maior. Ela é de um modelo muito amplo e tem madeira tratada contra umidade e cupins. Nos fundos, o proprietário parece interessado na construção de uma nova residência e dessa vez de alvenaria: são visíveis os alicerces, ainda maiores que o da casa pronta.

Junto a um canal que vai desaguar na Lagoa de Marapendi surgem as ocupações dos sem-teto. De forma desordenada, são decenas de pequenos barracos, de tábuas e telhas de zinco, que se comprimem. Porém, basta que se percorra o trecho do canal e se chegue à parte de frente para a lagoa, para se ter um novo cenário. A divisão dos terrenos é homogênea e de dimensões bem inferiores: são áreas com aproximadamente 700 metros quadrados, onde aparecem várias casas de dois ou três pavimentos, todas de alvenaria e com os confortos típicos da classe média.

Se a Vila Autódromo, segundo o subprefeito da Barra, Eduardo Paes, é o melhor exemplo de uma invasão com interesses de especuladores, não é o único caso que apresenta sinais de exploração dos desamparados. Em outra área invadida junto à valorizada Lagoa de Marapendi, a Vila Parque, as construções erguidas irregularmente também comprovam que seus moradores não são filhos apenas de carentes mesmo favorecidos. Ali também se vêem casas de dois ou três andares em estilo colonial, escondidas atrás da pouca vegetação nativa que ainda existe.

Fotos de Dominão Coberta

Na Vila Autódromo, casas com acesso para a Lagoa de Marapendi: construções irregulares em área de proteção ambiental

Casas de luxo ocupam o local onde seria a Via 4

Eduardo Paes afixa notificação em imóvel irregular na gleba Fisch

Subprefeito anuncia próximo alvo: o pontal do Recreio

O subprefeito da Barra da Tijuca, Eduardo Paes, de 23 anos, sabe que comprou uma briga que pode acabar lhe gerando ações na Justiça, mas não pretende voltar atrás e já tem até uma nova prioridade. O jovem estudante de direito quer atacar num certo prazo as construções irregulares erguidas em terrenos da Prefeitura que deveriam servir como ruas e praças. O pontal do Recreio, na região próxima à Praia da Macumba e mais conhecida como gleba Fisch, é o próximo alvo de Eduardo.

Ontem, o subprefeito, acompanhado de alguns assessores, foi pessoalmente ao local afixar 22 notificações dando um prazo de 48 horas para que os donos de construções irregulares — todas obstruindo vias públicas projetadas — derrubem muros e retirem cercas de terrenos da Prefeitura. Caso a determinação não seja cumprida, Eduardo não tem dúvida: vai mandar tratores derrubarem os muros. Com ou sem a ajuda da Polícia Militar.

— Temos que continuar esse trabalho. É antipopular, sofremos todos os tipos de ataques, mas não podemos deixar de agir agora porque senão corremos o risco de comprometer o futuro da Barra — diz Eduardo Paes.

Nos 24 quarteirões que formam a gleba Fisch — a primeira a ser regularizada no bairro, na década de 30 — existem ruas que se transformaram em terrenos particulares. Assim, algumas vias daquela área existem apenas nos mapas da Prefeitura. Ao chegar ao local, é preciso enfrentar um verdadeiro labirinto para alcançar determinados endereços. Foi pelo que passou Eduardo Paes para poder afixar a notificação de demolição no número 580 da Rua Projetada KW, onde um muro simplesmente interrompe o trânsito.

Piscinas, muros e lojas ocupam o lugar de ruas

Nem só de grandes invasões vive a Barra. Mais problemáticas, por serem mais espalhadas e em áreas maiores, as "invasões discretas", como batizou o subprefeito Eduardo Paes, também contribuem muito para o crescimento desordenado do bairro. São casas, muros e piscinas construídos em terrenos que deveriam ser públicos e se tornam privados dentro do jogo da especulação. Dessa forma, onde o cidadão comum deveria encontrar uma rua, ele pode deparar com uma residência particular. Areas de preservação ambiental são invadidas por bares — como ocorre com o bar Lobisu, que estendeu seu deck sobre a Lagoa de Marapendi — e uma faixa do terreno que deveria se destinar a um parque está ocupada por lojas.

Por tudo isso é que Cristiana Serrano, da Secretaria Municipal de Urbanismo e responsável por planos urbanos para Barra e Jacarepaguá, teme que a região natural de expansão da cidade acabe se transformando num bairro gigantesco e com problemas insolúveis semelhantes aos encontrados em Copacabana. Ao longo do Canal de Marapendi, deveriam existir pelo menos duas vias importantes para o futuro do sistema viário da Barra: a Via 4, que seria construída paralelamente à Avenida das Américas, e a Via do Canal, que poderia se transformar numa importante ligação entre as Avenidas das Américas e Sernambetiba. No entanto, da forma como o local está ocupado atualmente, será muito difícil que a Prefeitura consiga a obra.

No trecho onde deveria passar a Via 4 há uma série de invasões de luxo: casas de dois pavimentos, muros altos e piscinas. No lugar da Via do Canal há uma leve diferença: somente pequenas casas comerciais.

Fonte: Jornal O Globo, 23 de março de 1993

Os invasores e grileiros de plantão devem pensar muito antes de iniciar qualquer tipo de ocupação da área pública e de terrenos da Prefeitura, seja para moradia ou comércio. O subprefeito da Barra e Jacarepaguá, Eduardo Paes, avisa que as ações nesse sentido continuarão sendo combatidas com operações envolvendo vários órgãos municipais e, sempre que possível, o 18º Batalhão, na já conhecida "Caravana da legalidade". Ele alerta que as novas ocupações irregulares não estão sendo mais toleradas.

— Continuaremos fazendo de três a quatro operações por semana. Nossa "Caravana" é em defesa da lei e da ordem. Vamos limpar a região. Por isso, quem invadir terá sua construção derrubada por tratores — diz Eduardo.

Os casos anteriores à atual administração municipal estão, segundo o subprefeito, recebendo tratamento diferenciado, conforme a realidade social de cada um. Nas comunidades carentes, Eduardo Paes garante que a Prefeitura fará a urbanização da área. Em casos envolvendo invasores profissionais, que ele classifica como "picaretas", a subprefeitura continuará utilizando meios legais para desocupar os terrenos, a exemplo das construções na Via Parque, às margens da Lagoa da Tijuca, na Vila do Autódromo e na Comunidade de Marapendi.

Eduardo Paes também quer disciplinar a ocupação dos camelôs nos centros comerciais de Jacarepaguá, a começar pelo Largo da Taquara, que abriga um grande número de vendedores ambulantes, e ao mesmo tempo exigir dos comerciantes reformas nas fachadas das lojas, como foi feito no Largo da Freguesia. As duas medidas fazem parte de um plano de revitalização dessas áreas. O subprefeito disse ainda que as operações para derrubada de trailers e biroscas instalados em áreas públicas vão continuar no mesmo ritmo.

— No caso dos trailers que vendem comidas, além de ocuparem o espaço público, são uma ameaça à saúde da população.

O subprefeito acredita que as operações contra as ocupações irregulares estão devol vendo à Prefeitura o princípio da autoridade junto à popula ção e manda um recado para os que estão fora da lei e pre tendem desafiar a Prefeitura:

— Aqueles que baterem o pé dizendo que não vão sair podem se preparar, pois va mos bater mais forte. É a lei do mais chato. E nós somos muito mais.

Paes: "Quem invadir terá a construção derrubada por tratores"

Em Via Park, invasora enfrenta a PM para impedir derrubadas

Fonte: Jornal O Globo, 3 de junho de 1993

Sem entrar no mérito de fazer uma análise semiótica da matéria do jornal, é interessante destacar algumas das falas do então subprefeito. A primeira selecionada valida as tentativas de desocupação por meio do comprometimento com o bairro da Barra da Tijuca: "temos que continuar esse trabalho, é antipopular, sofremos todo tipo de ataque mas não podemos deixar de agir agora ou corremos risco de comprometer o futuro da Barra da Tijuca". Esse comprometimento é interpretado atualmente pelas várias análises realizadas sobre os processos de remoção na área como preocupado com o crescente capital econômico concentrado no bairro[20] e a "incompatibilidade" com a presença dos moradores da Vila Autódromo. Sobre o papel exercido pela Vila Autódromo nesse jogo de forças, podemos destacar as falas que apontam para a superioridade da vontade do poder público em relação à dos moradores nesse campo de disputas, na fala de Eduardo Paes: "aqueles que baterem o pé dizendo que não vão sair podem se preparar, pois vamos bater mais forte. É a lei do mais chato, e nós somos muitos mais." O jornal define a Vila Autódromo como "o maior exemplo de invasão com interesses especuladores", e seus moradores como "profissionais" e "picaretas" e

[20] Para saber mais sobre os interesses econômicos presentes no bairro da Barra da Tijuca aconselho a leitura de Guimarães (2015)

que portanto necessitam serem acionados no campo jurídico. É interessante ressaltar que esse é o início de uma série de matérias dedicadas ao caso no jornal com maior tiragem da cidade[21], que de acordo com minha pesquisa ajudaram a construir um imaginário acerca de projetos remocionistas como solução para a cidade. Pierre Bourdieu (1997) chama atenção para a influência do campo jornalístico sobre o campo político ao sujeitar a política à opinião pública e à lógica do mercado. Mas também para o poder simbólico conferido às grandes autoridades do Estado pela capacidade de definir, por suas ações, suas decisões e suas intervenções no campo jornalístico a hierarquia dos acontecimentos que se impõem aos jornais.

Seguindo sua promessa, ainda em 1993, a subprefeitura entrou com uma Ação Civil Pública alegando que a Vila Autódromo causava "dano ao meio ambiente urbano, dano ao meio ambiente natural e dano estético, paisagístico e turístico[22]", mas a ação não logrou êxito. Três anos depois, ainda na gestão de Eduardo Paes, diante das intensas chuvas que se abateram na cidade, a mesma área foi declarada "área de risco", ainda que desprovido de um laudo que comprovasse, tecnicamente, o perigo socioambiental. Comprovando a multiplicidade de ações do poder público, a Vila Autódromo foi preservada devido a disputas políticas entre governo municipal e estadual (GTAPM, 2013).

No ano de 2004, foi realizado um cadastramento com as famílias por assistentes sociais da prefeitura para obras de saneamento na localidade, que se revelou posteriormente como sendo uma ação para subsidiar a remoção, dessa vez com o pretexto dos Jogos Pan-Americanos, quando foram parcialmente removidas as favelas próximas do Canal do Cortado e Arroio Pavuna[23]. Apesar dessas remoções, Canal do

---

[21] Como dito na introdução durante a pesquisa de Iniciação Científica uma das fontes utilizadas foi justamente o discurso do jornal O Globo sobre o caso. As minhas conclusões apontaram o jornal como um importante agente na disputa pelo território da Vila Autódromo, ao dar elementos para seu leitor favoráveis a remoção. O discurso ficou claro em um editorial do dia 13 de outubro de 2011 afirmando que "no caso Vila Autódromo a reurbanização é inegociável e o caminho é o reassentamento" quando o tema foi remoções na política de urbanização.

[22] Um trecho da Ação Civil Pública merece ser destacado, item IV, número 31 "É evidente que a desorganizada ocupação daquela área agride a beleza estética e paisagística do local". É possível encontrar o documento no parecer do GTAPM (2013)

[23] Remoção de 67 famílias de uma área entre o terreno destinado ao Centro Metropolitano da Barra da Tijuca, do qual a construtora Carvalho Hosken era proprietária de uma parte, e à construção do luxuoso

Anil e Vila Autódromo conseguiram se mobilizar através de atos, audiências públicas, reuniões no Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) e na Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (SERLA).

As ameaças à Vila Autódromo se intensificaram sobremaneira a partir de 2009, quando o Rio de Janeiro foi escolhido como sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Segundo o documento oficial da candidatura, a região da Barra da Tijuca receberia a maior parte das instalações, investimentos e infraestrutura de transportes, aumento da oferta habitacional privada e social, além da recuperação ambiental de lagoas e parques (BRASIL, 2009). A alegada oferta habitacional não previa, entretanto, a permanência dos moradores da Vila Autódromo, cuja área seria destinada nesta ocasião para a ampliação das avenidas Embaixador Abelardo Bueno e Salvador Allende, de acordo com o Plano de Legado Urbano e Ambiental Rio 2016 (AMPAVA, 2012).

Reforçando o modelo de tratamento dado ao longo da história às favelas[24], a Prefeitura apresentou entre as metas do Plano Estratégico de Governo, lançado em 2009, reduzir 3,5% das suas áreas ocupadas por favelas até 2012.[25] Dentre as listadas estava a Vila Autódromo[26]. Contudo, o projeto que venceu o concurso para se definir o plano urbanístico do Parque Olímpico contemplava a permanência da Vila Autódromo.

Depois de todo esse histórico, em outubro de 2011, o então secretário municipal de habitação Jorge Bittar organizou uma reunião na Vila Autódromo na qual apresentou a proposta de reassentamento das famílias em um conjunto residencial

---

condomínio Rio 2, do qual a mesma construtora foi responsável, além de ter sido uma das maiores doadoras da campanha do prefeito Cesar Maia.

[24] A literatura de pesquisas sobre remoção de favelas é extensa, sendo impossível reproduzir aqui todas as indicações. Sobre o assunto indico a leitura de Magalhães (2013), Gonçalves (2013), Valladares (1978) e Santos (1981).

[25] No Plano Estratégico de Governo, lançado em 2012, a meta era de se alcançar pelo menos 5% de redução de áreas ocupadas por favelas na cidade até 2016 (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2012)

[26] O anúncio da remoção das 119 favelas no jornal O Globo está disponível no link http://oglobo.globo.com/rio/prefeitura-removera-119-favelas-ate-fim-de-2012-3072053 acessado em 17/06/2018

chamado Parque Carioca[27]. Construído em um terreno na Estrada dos Bandeirantes, no bairro do Camorim, a cerca de 3 km da Vila Autódromo, o conjunto compreende 920 unidades habitacionais, das quais 450 seriam destinadas aos moradores da localidade. O projeto do Parque Carioca foi alvo de muitas críticas, envolvendo desde a polêmica aquisição do terreno − pertencente a duas empresas que apoiaram financeiramente a campanha eleitoral do prefeito Eduardo Paes[28] − à qualificação de parte do terreno, pelo órgão público responsável, como de alto e médio risco ambiental, uma vez que se trata de antiga área de mineração.[29]

Pouco depois, em março de 2012, o Consórcio Rio Mais, formado pelas construtoras Odebrecht Infraestrutura, Andrade Gutierrez e Carvalho Hosken, venceu - sendo o único concorrente - a licitação organizada pela prefeitura para viabilizar o projeto do Parque Olímpico, através de uma Parceria Público-Privada. A prefeitura pagou o consórcio com o repasse de uma área edificável de cerca de 1.180.000,00 m² [30]e mais R$528 milhões para a construção do Parque Olímpico, da Vila dos Atletas[31] e do Parque Carioca. Nesse momento, a remoção da Vila Autódromo era justificada pela

---

[27] O Parque Carioca era chamado pelos agentes públicos de "condomínio" em comparação ao modo de habitar típico da classe média, mas os moradores com quem conversei costumam chamar de "apartamentos" e pelo apelido "Jambalaya" em referência a um programa da TV Globo "Toma lá da cá". De acordo com Franciele moradora atualmente do Conjunto na Colônia Juliano Moreira "na televisão tinha um programa com esse nome. E quando a gente olhou ali os prédios todo dia tinha briga, quase todo dia tinha polícia… aí aqui ficou jamba 2".

[28] O terreno pertencia a Tibouchina Empreendimentos, controlada pela Rossi Residencial e pela PDG Realty. A Rossi Residencial, fez doações durante as campanhas eleitorais de 2008 do próprio prefeito (R$ 200 mil) e de seu chefe de gabinete, Luiz Antônio Guaraná, vereador licenciado (R$ 60 mil). E beneficiaram, na campanha de 2010, mais três secretários de Paes, todos deputados federais licenciados e que estavam no comando de secretarias envolvidas no processo de remoção da Vila Autódromo: Pedro Paulo Carvalho Teixeira (Casa Civil) e Rodrigo Bethlem (Assistência Social) receberam R$ 70 mil cada um e Jorge Bittar (Habitação), R$ 30 mil. Sobre o assunto, ver http://www.direitoamoradia.fau.usp.br/?p=4614&lang=pt acessado em: 15/04/2018

[29] O Mapa de Suscetibilidade ao Escorregamento, produzido pela Fundação Instituto Geotécnica (Geo-Rio), apresenta as áreas mais suscetíveis a deslizamentos, classificando todo o município em três classes (baixa, média e alta suscetibilidade). Destaca-se que a área ocupada pela Vila Autódromo é classificada neste mapa como de baixa suscetibilidade (GTAPM, 2013).

[30] Apesar do terreno público utilizado para pagar a construção do Parque Olímpico não ser contabilizado na matriz de responsabilidade como investimento público, o imóvel da contraprestação foi avaliado em 850 milhões de reais. Para saber mais sobre as parcerias público-privadas ler Guimarães (2015).

[31] A Vila dos Atletas foi construída para abrigar os atletas durante os Jogos Olímpicos e depois os apartamentos foram vendidos enquanto um condomínio residencial de classe média. Os edifícios foram construídos na Avenida Salvador Allende, uma das avenidas de acesso à Vila Autódromo

Prefeitura por uma alça viária, até então não prevista, ligando as vias Transolímpica e Transcarioca[32].

Ainda que o prefeito tenha afirmado algumas vezes, como por exemplo em uma entrevista a um canal televisivo no mês de agosto de 2013, e em um debate público, em abril de 2014[33], que os moradores teriam a opção de serem reassentados na própria localidade, comprometendo-se a urbanizar a área, as ações dos agentes públicos na Vila Autódromo foram descritas pelos moradores como de coação para que os mesmos aceitassem o reassentamento, representando uma contradição entre o discurso do prefeito e a prática dos agentes públicos junto aos moradores[34]. As primeiras famílias começaram a deixar a Vila Autódromo no ano de 2014, reassentadas no conjunto habitacional Parque Carioca. Foram também oferecidas as opções de reassentamento no conjunto habitacional na Colônia Juliano Moreira[35] e de indenização[36]. Alguns moradores saíram por um decreto judicial de utilidade pública[37]. Cerca de 500 famílias foram deixando suas casas uma por uma e atualmente 20 famílias continuam vivendo no mesmo local.

É inevitável descrever o histórico da Vila Autódromo e não destacar as sucessivas tentativas de remoção, pois são estas que atribuem um caráter singular e emblemático ao caso e à construção da mobilização coletiva que proporciona uma

---

[32] O vídeo publicado pela prefeitura em Janeiro de 2012, uma animação demonstrando o trajeto da via, foi alvo de sátiras nas mídias sociais pelo acintoso desvio da reta original que por fim atinge a Vila Autódromo.

[33] O Movimento Nacional da Luta pela Moradia fez um vídeos para a campanha "Paes Mente" https://www.youtube.com/watch?v=aFrd2Sev7GA e https://www.youtube.com/watch?v=xycdXT7tV-A e o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas compilou os vídeos do prefeito declarando o compromisso com a urbanização https://www.youtube.com/watch?v=5w3YbHqmL-0 acessados em 17/06/2018.

[34] Para saber mais sobre as práticas de persuasão e o processo durante as demolições das casas sugiro a leitura de Tafakgi (2015) e Freire e Tafakgi (2016).

[35] Também construído com recursos do programa Minha Casa Minha Vida, localizado na Colônia Juliano Moreira em Jacarepaguá, foi outra opção utilizada para reassentar os moradores.

[36] Os moradores podiam optar entre receber um apartamento no conjunto habitacional Parque Carioca ou uma indenização pela casa. A partir do ano de 2015 as negociações ficaram mais favoráveis aos moradores, que passaram receber ofertas de vários apartamentos ou indenizações mais compatíveis com o valor de mercado. Também foram oferecidos os apartamentos do conjunto na Colônia Juliano Moreira Essas negociações que em alguns casos aglutinavam indenização + apartamentos foram percebidas como estratégias da prefeitura de pressionar a negociação dos moradores.

[37] O decreto municipal nº 39852 de 18 de março de 2015 declarou "urgência e a utilidade pública para fins de desapropriação total" de 21 bens localizados na Vila Autódromo. O decreto está disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/2015/3986/39852/decreto-n-39852-2015-declara-de-utilidade-publica-para-fins-de-desapropriacao-os-bens-que-menciona acessado em 18/06/2018.

possível experiência educativa sobre a qual esse trabalho se debruça. No próximo capítulo vamos descrever a mobilização coletiva através dos dispositivos de resistência utilizados.

CAPÍTULO 2 – A MOBILIZAÇÃO COLETIVA DA VILA AUTÓDROMO – OS DISPOSITIVOS DE RESISTÊNCIA

2.1 ARTICULAÇÕES

Por mais que a noção de "resistência" seja uma condição abstrata, podemos torná-la tangível através do que vou chamar aqui de dispositivos de resistência. Ou seja, os meios pelos quais essa resistência se instrumentaliza, é percebida e se impõe. O primeiro dispositivo a ser destacado aqui é o constituinte da mobilização coletiva, a articulação entre moradores da Vila Autódromo com os chamados "apoiadores". Os apoiadores são todos os agentes externos, ou seja, não moradores, que participaram de alguma forma da mobilização contra a remoção. Essa atuação[38], em alguns casos, produziu, coletiva ou individualmente, subsídios para a mobilização[39]. Logo, considero que os apoiadores e os moradores que não queriam deixar a Vila Autódromo são os agentes da mobilização coletiva aqui analisada.

Nesse texto procuro eleger algumas das articulações da mobilização coletiva da Vila Autódromo, não pretendendo fazer um levantamento de todas e sim demonstrar a existência dessa dimensão através do estudo de caso. Das articulações com outros

---

[38] Essa atuação pode ser entendida por apoiadores que frequentavam a Vila Autódromo com uma certa regularidade, em eventos e em momento de tensão, nos quais chegaram a acampar na localidade para fazer vigília contra remoção. Sobre a relação com os apoiadores indicamos a leitura de Alves (2016)

[39] Podemos citar o exemplo da revitalização do parquinho das crianças organizada por estudantes de arquitetura, a confecção de artes e materiais de divulgação, contato e veiculação de materiais na imprensa entre outros.

grupos pode-se destacar a relação com outras mobilizações coletivas, como com o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio[40]. De acordo com Leticia de Luna Freire (2013) o Comitê constituiu-se como um fórum híbrido, agregando atores da sociedade civil, representantes de movimentos sociais, organizações não governamentais, lideranças de localidades atingidas pelas obras, políticos, pesquisadores e estudantes universitários. Podemos sintetizar as ações do Comitê como uma organização da sociedade civil que fiscaliza o processo de realização dos megaeventos esportivos na cidade, com o objetivo de impedir prejuízos à população afetada, bem como um espaço de denúncia de casos de abuso e pressão política. Sobre a Vila Autódromo em específico é importante destacar que o comitê lançou a campanha "Viva Vila Autódromo. Rio sem Remoções". A campanha tinha como objetivo dar visibilidade às remoções que estavam acontecendo no Rio de Janeiro, e a Vila Autódromo foi escolhida pela sua representatividade para nomeá-la[41] na reivindicação do direito à moradia. A campanha foi lançada oficialmente no dia 20 de junho de 2012, dentro de um grande ato público que pode ser identificado como um marco na visibilidade internacional do caso da Vila Autódromo, organizado em evento paralelo à Conferência das Nações Unidas para Desenvolvimento Sustentável, Rio +20, e que contou com a participação de cerca de 5000 pessoas. Sobre esse evento é interessante destacar que outros movimentos se uniram à causa da Vila Autódromo, como o Conselho Popular, que reúne comunidades ameaçadas de remoção, e o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLM), entidade do Movimento Popular de Moradia, produzindo um manifesto, realizando vigílias, e articulando espaços políticos. É necessário destacar que a articulação da Vila Autódromo com outros movimentos não se restringe aos representantes do movimento social pela moradia, como com os já citados MNLM e do Conselho Popular. Também podemos marcar a interlocução com os movimentos agroecológico e os movimentos feministas, através de ações da Rede

---

[40] O Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas é também fruto da experiência do Comitê Social do Pan, organização da comunidade civil constituída em 2005 em decorrência da realização dos Jogos Pan-Americanos em 2007.Quando o Rio de Janeiro foi eleito, ainda em 2007, como sede da Copa do Mundo de Futebol, alguns integrantes do Comitê Social do Pan continuaram a se mobilizar de forma mais difusa. Quando a cidade também foi eleita como sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, formou-se então o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio. (FREIRE, 2013)

[41] Para saber mais sobre a campanha, sugiro a leitura de Freire (2013) e http://www.revistaglobalbrasil.com.br/?p=1210 acessado em 02/052018.

Carioca de Agricultura Urbana[42] e da Marcha Mundial das Mulheres, por exemplo[43]. Outro vínculo fundamental a ser sublinhado é com moradores de outras comunidades e favelas. Durante a pesquisa de campo, pude observar articulações com moradores do Morro da Babilônia, da Muzema e da Cidade de Deus, por exemplo. Mas principalmente com movimentos de moradores que estavam passando por processos de remoção similares, como Vila União de Curicica, Horto, Indiana, Barrinha, Vila Recreio, etc. Essa articulação foi consolidada através de encontros em eventos, reuniões para pensar estratégias, nas manifestações e nas mídias sociais[44].

De acordo com a concepção deste trabalho, as articulações apresentadas potencializaram e foram potencializadas pelo denominado "capital social" dos agentes. O capital social "diz respeito principalmente às redes de relações às quais estamos ligados e que podem tornar possível ou facilitada nossa entrada em alguns campos, bem como contribuir para alcançarmos uma posição de maior prestígio ou poder nesses espaços" (PEREIRA, 2015). Nesse caso, a articulação com outras mobilizações contra a remoção, além de agregar redes de pessoas que estavam passando pelo mesmo processo e se posicionam no espaço público, contribuiu tanto para facilitar a entrada em alguns campos, quanto para uma melhor posição nos campos, como, por exemplo, no campo político.

É necessário frisar que as articulações não surgiram a partir das demolições em 2014, com a iminência da realização dos Jogos Olímpicos. O próprio histórico de tentativas de remoção por parte da prefeitura já havia criado condições para articulações com mobilizações coletivas. Diante do quadro apresentado no capítulo anterior, podemos afirmar que os moradores possuíam uma extensa experiência acerca da arena

---

[42] O relato sobre a relação da Vila Autódromo com a rede de agroecologia urbana pode ser acessado no link https://aarj.wordpress.com/2015/03/10/vila-autodromo-resiste-as-remocoes-lutando-tambem-pela-agricultura-urbana/ acessado em 15/05 2018. A Vila Autódromo também é destacada na Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ) como mostra o link http://www.pacs.org.br/files/2014/04/caderno-pos-caravana_final_ALTA.pdf acessado também no dia 15/05/2018.

[43] O relato sobre a relação da Marcha com a Vila Autódromo pode ser acessado nesse link https://marchamulheres.wordpress.com/2016/02/29/vila-autodromo-uma-historia-de-resistencia/ acessado em 15/05/2018.

[44] Por exemplo no grupo do aplicativo de mensagens whatsapp "SOS Vila Autódromo", composto por moradores e apoiadores, além de contar com representantes de outras localidades eram frequentes as mensagens de convocações, alerta, manifestações e notícias sobre outras mobilizações.

de disputa política na qual a Vila Autódromo se encontrava desde os anos 90. Os agentes tinham acumulado nos anos anteriores conhecimento à respeito de mobilização coletiva e redes de contatos que foram mobilizados em diferentes ocasiões e que se constituíram como referências para algumas das iniciativas implementadas no ápice da remoção. Todavia, também podemos citar alguns interlocutores específicos que participaram de movimentos para além da experiência da Vila Autódromo. Ao menos duas moradoras, que também eram lideranças com cargos na Associação de Moradores durante o período da remoção, relataram durante a minha pesquisa de campo experiências com movimentos sociais e outras modalidades de ações coletivas. Inalva[45] , participava do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas[46], integrou também o Comitê Social do Pan, o Movimento da União Popular (MUP), atuou como fundadora do Partido dos Trabalhadores, militou na luta pela Anistia e em um coletivo de mulheres no morro do Chapéu Mangueira (entrevista para o IBASE, 2007).

Outra importante liderança e diretora da Associação de Moradores da Vila Autódromo, Jane, foi uma das principais figuras articuladoras da Vila Autódromo com outros grupos, movimentos populares de favelas e também promoveu o diálogo com a FIOCRUZ, como no projeto da Fossa Verde[47]. Jane se intitulava como uma pessoa "do movimento social"[48], e já havia atuado em movimentos relacionados à educação e também participava do MUP, movimento do qual além de Inalva também contava com Altair, presidente da Associação. Todas essas três lideranças continuam ativas "na luta" mesmo depois de terem sido removidas da Vila Autódromo, através da participação em reuniões, eventos e nas mídias sociais, sobre o caso da Vila Autódromo ou em outras

---

[45] Para saber mais sobre a trajetória de Inalva e sua atuação em movimentos populares consultar a entrevista concedida ao IBASE no ano de 2007: http://www.ibase.br/userimages/dv35_pan1_entrevista.pdf acessado em: 02/052018. É interessante notar que a data da entrevista aponta o reconhecimento de Inalva em sua atuação política.

[46] Logo mais a frente no texto o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas vai aparecer novamente de forma mais aprofundada.

[47]O projeto "Fossa Verde", administrado pela Fiocruz, foi implementado na Vila Autódromo e interrompido no contexto das demolições. O protótipo da fossa foi destruído e a Fiocruz, que não foi indenizada, exigiu judicialmente, que, no contexto da urbanização, a fossa fosse novamente implantada pela Prefeitura.

[48] Sobre a atuação de Jane Nascimento podemos indicar o relato de Alexandre Magalhães: http://rioonwatch.org.br/?p=14952 e de Clare Huggins http://rioonwatch.org.br/?p=18599 acessado em 2/05/2018.

mobilizações coletivas[49]. Podemos exemplificar essa persistência através da fala de Jane no dia da demolição da Associação de Moradores: "Vou continuar lutando. A minha casa caiu, mas a minha luta não caiu".

Conforme salientou Marcos Otávio Bezerra (2007) existem estratégias utilizadas na conformação de "movimentos" como espaços coletivos de deliberação de questões em comum, transmissão de visões sobre esta modalidade de engajamento 'comunitário' e suas relações com o poder público. Desse modo, experiências anteriores com mobilizações coletivas ajudam a conformar novas experiências de engajamento. A partir dos casos destacados, podemos afirmar que alguns agentes já eram dotados de um capital político, antes do início das remoções em 2014, e que nesses casos eram também responsáveis por importantes funções de liderança e dispunham também de capital social, que nesse caso potencializou o capital político que obtinham. De acordo com Miguel (2003), o capital político indica o reconhecimento social que permite que alguns indivíduos, mais do que outros, sejam aceitos como atores políticos e, portanto, capazes de agir politicamente. Ou seja, a mobilização coletiva da Vila Autódromo foi também construída por agentes reconhecidos como capazes de agir politicamente pois já haviam agido em outros contextos, portanto permitindo melhor a entrada e posição no campo.

Outra articulação importante construída foi com a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. Excetuando alguns moradores que recorreram a advogados particulares, a maioria deles recorreu à defensoria. O caso da Vila Autódromo foi marcado por múltiplos episódios que demandaram a atuação dos defensores e estes participaram do longo processo junto aos moradores para além da defesa jurídica, participando inclusive de eventos acadêmicos e manifestações, debatendo questões como direito à moradia, regularização fundiária e o caso específico da Vila Autódromo. Nas reuniões com a defensoria pública, além de assistência jurídica, eram pensadas estratégias para alcançar os objetivos através do debate com o grupo. O capital jurídico da defensoria pública, acumulado pelos próprios servidores no campo jurídico e reconhecido como tal, conferiu legitimidade à denúncia do movimento de resistência sobre determinadas ações da prefeitura, como as irregularidades no processo de

[49] Como por exemplo na última vez que a encontrei em se novo local de moradia, Dona Jane (como é conhecida) me trouxe a informação de vários eventos que estavam para acontecer em/sobre comunidades. Jane é muito atuante nas mídias sociais.

demolição, negociação de casas e na realização das obras do Parque Olímpico que afetaram a localidade.

Outra articulação interessante da mobilização coletiva foi com a Universidade. Um extenso número de estudantes e professores pesquisadores atuou na Vila Autódromo, tanto na produção acadêmica sobre as questões suscitadas pelas questões colocadas pelo caso quanto através do seu conhecimento técnico utilizado na campanha pela permanência. Sobre a produção acadêmica podemos citar uma diversidade de pesquisas de variados campos (muitos deles utilizados neste trabalho) como da arquitetura e urbanismo, (Leitão, 2016), antropologia (Alves, 2016), sociologia (Magalhães, 2013), direito (Munch, 2017), planejamento urbano (Omena, 2017), entre outros. Esses estão entre um grande número de trabalhos, que variam entre artigos, monografias, dissertações e teses apresentados como trabalhos de conclusão de cursos, alguns resultando em publicações e outros divulgados em eventos acadêmicos.

O investimento do Rio de Janeiro para se tornar sede de uma série de eventos de grande visibilidade internacional[50] evidenciou "a transição que a cidade do Rio de Janeiro está atravessando como centro de experimentação de políticas neoliberais, através de parcerias público-privadas e de uma gestão empreendedorista competitiva"[51] (GUIMARÃES, 2015). De acordo com Erick Omena (2015) muitas vezes o apelo ideológico dos grandes eventos serve como fator de consolidação hegemônica de um amplo consenso ao redor destes projetos. Porém, o contexto brasileiro se distanciou dessa tendência na medida que a legitimidade das intervenções foi severamente abalada, alcançando níveis inéditos de contestação e dissenso junto à população que demonstrou sua insatisfação em grandes manifestações. Por consequência, esse processo de realização de subsequentes megaeventos esportivos despertou também a atenção da população que se organizou para debater as consequências da realização desses eventos na cidade. Essa discussão se organizou através dos já apontados comitês sociais e nos

---

[50]Jogos Pan-Americanos (2007), Jogos Mundiais Militares (2011), Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (2012), Jornada Mundial da Juventude Católica (2013), Copa das Confederações de Futebol (2013), Copa do Mundo de Futebol da FIFA (2014) e por fim Jogos Olímpicos de Verão (2016).

[51]Sobre o contexto de discussões sobre mercantilização da cidade sugerimos também o livro "Brasil. Os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016" (2015) que apresenta artigos sobre os resultados nacionais do projeto "Metropolização e Megaeventos: impactos da Copa do Mundo/2014 e das Olimpíadas/2016 .

eventos organizados por diversos setores da sociedade. Além disso, o farto debate sobre o assunto nesses espaços organizados foi também fecundo para a já apontada produção acadêmica. Descrevendo melhor esse processo, essa produção intelectual que se expande por variados recortes, desde uma visão mais macro que relaciona a experiência brasileira com experiências de outras cidade-sede de megaeventos (Omena, 2017), ou mais micro como a atuação de mulheres na luta da Vila Autódromo (Nasciutti, 2016), foi fundamental na argumentação teórica do movimento de resistência da Vila Autódromo e, de uma maneira mais geral, dos movimentos de contestação da violação de direitos durante a preparação da cidade para receber os megaeventos esportivos. Ou seja, essa numerosa produção foi utilizada nos diversos campos em que atuou o movimento de resistência para legitimar a permanência desse grupo.

Podemos identificar como ápice da articulação entre universidade e movimento de resistência a experiência de auto planejamento urbano, denominada Plano Popular da Vila Autódromo. Como alternativa ao projeto de reassentamento total da população oferecido pela prefeitura, a mobilização coletiva se organizou em torno da proposta de elaboração de um plano de urbanização popular. Realizado pela Associação de Moradores e Pescadores Amigos da Vila Autódromo (AMPAVA) junto com pesquisadores do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (ETTERN) da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU) da Universidade Federal Fluminense[52]. O Plano Popular da Vila Autódromo previa a drenagem do canal paralelo à Avenida Abelardo Bueno, a recuperação da faixa marginal da Lagoa de Jacarepaguá, a criação de áreas de lazer, a criação de uma creche, e a inclusão no Programa Saúde da Família. O plano também considerava as tipologias variadas de residência e, no caso de famílias que precisariam ser removidas, um assentamento na própria localidade. Em 16 de agosto de 2012, o Plano Popular da Vila Autódromo[53] foi apresentado em uma audiência ao prefeito, que, na ocasião, prometeu encaminhá-lo para avaliação de uma equipe técnica

[52] O referido Plano de urbanização pode ser acessado através do *link*: http://www.portalpopulardacopa.org.br/vivaavila/images/PDF/planopopularvilaautodromo.pdf acessado em 18/06/2018.

[53] O Plano Popular da Vila Autódromo conquistou o prêmio *Urban Age Award Rio 2013* e inspirou a criação de planos alternativos em outros assentamentos populares também ameaçados de remoção, como o pico da favela Santa Marta, na Zona Sul do Rio de Janeiro, e a Favela da Paz, em São Paulo.

e emitir uma resposta no prazo de 45 dias. Sem obter o prometido retorno, a própria AMPAVA convidou representantes de várias entidades profissionais comprometidas com o desenvolvimento urbano e social da cidade, para formar um grupo de trabalho multidisciplinar que pudesse emitir um parecer sobre a proposta de urbanização e a proposta de reassentamento da prefeitura[54]. Após três meses de trabalho, os autores do parecer concluíram não haver qualquer justificativa jurídica, urbanística ou ambiental procedente para a remoção de toda a área ocupada pelos moradores da Vila Autódromo. Além disso, os custos sociais e econômicos da remoção foram apontados como consideravelmente mais elevados[55] do que os da proposta de permanência das famílias, com a urbanização da localidade. Segundo o parecer, a retórica dos motivos apresentados pela prefeitura para fazê-la parece encobrir "motivações de ordem econômica, atendendo às exigências das grandes construtoras no processo de acelerada valorização imobiliária, buscando eliminar as vizinhanças indesejáveis, reorientar o padrão de moradia local e redefinir a estética habitacional e urbanística da região." (GTAPM, 2013). De acordo com o parecer, além de viável e mais barato, o projeto de urbanização popular indicaria a compatibilização da realização dos Jogos Olímpicos com a garantia do direito constitucional à moradia adequada[56]. A despeito do esforço de

---

[54] O Grupo de Trabalho Acadêmico Profissional Multidisciplinar foi constituído por representantes da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR), Conselho Regional de Serviço Social (CRESS-RJ), Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), Sindicato dos Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro (SARJ) e Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro (SENGE).

[55] O plano popular era também mais vantajoso aos cofres públicos. Com orçamento previsto de R$13,5 milhões, valor que correspondia a 35% do valor previsto para o reassentamento no Parque Carioca estimado em R$38 milhões em 2012. Hoje sabemos que esse número é muito inferior ao foi gasto no final do processo de remoção (reassentamento mais indenizações) e urbanização da Vila Autódromo, as estimativas ultrapassaram os R$200 milhões. Levantamento realizado pela vereadora Teresa Bergher mostra que, só com indenizações para moradores removidos, a Prefeitura já gastou cerca de R$ 208 milhões desde 2014. O custo é 16 vezes maior do que o previsto originalmente no Plano Popular e, se comparado ao investimento em arenas olímpicas, só ficaria abaixo do Centro de Esportes Aquáticos, orçado em R$ 217,1 milhões. Fonte: https://oglobo.globo.com/esportes/desapropriacoes-na-vila-autodromo-ja-custam-uma-arena-olimpica-18742007 acessado em 18/05/2018.

[56] A moradia aparece de fato como um direito humano em 1965 com o tratado dos direitos econômicos, sociais e culturais. Além dos atributos físicos adequados para a habitação, o direito à moradia deve incluir uma localização adequada, o que inclui estar em local que ofereça oportunidades de desenvolvimento econômico, cultural, social e que garanta o direito de ir e vir. Isso quer dizer que nas proximidades do local da moradia deve haver oferta de empregos e fontes de renda, meios de sobrevivência, rede de transporte público, supermercados e outras fontes de abastecimento básica. A prática dos despejos ou deslocamentos, portanto, constitui uma violação grave aos direitos humanos, em particular ao direito a uma moradia adequada, de acordo com a Resolução 1993/77 da Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas. Sugerimos a leitura do box "Violações aos direitos humanos do ponto de vista do direito

divulgação do plano de urbanização e do parecer multidisciplinar, tais documentos não surtiram o efeito político esperado.

Podemos dizer que os agentes que produziram material acadêmico, os chamados para colaborar no processo de construção do plano de urbanização, assim como no parecer que o avaliou, são dotados de capital acadêmico. Como dito anteriormente, o capital diz respeito à legitimidade perante o campo, o capital acadêmico está assentado no reconhecimento (pela sociedade e por seus pares) de que ele é, de fato, uma "autoridade". Esses agentes, ao participarem do campo acadêmico, conseguiram acumular capital que os permite, por exemplo, elaborar um plano de urbanização ou afirmá-lo enquanto legítimo. Sobre esse ponto, os próprios agentes da mobilização coletiva reconhecem a relevância do capital acadêmico, como os envolvidos na construção do que chamaram de "planejamento conflitual" e a moradora Nathalia:

> Se as justificativas de remoção da Prefeitura se apóiam em uma argumentação "técnica", especialmente com relação às necessidades de preservação ambiental e à inviabilidade de um projeto de urbanização, era necessária uma autoridade com reconhecimento social no campo científico e "técnico"– a universidade – que, ao contrário, referendasse a possibilidade e as condições de viabilidade de permanência da comunidade. (VAINER et al, 2013)

> a gente viu que a união, a força e a rede de apoiadores, com apoio e com ajuda, não foi só a gente claro, se não fosse o apoio externo de pessoas como você que está aqui hoje fazendo essa pesquisa, de jornalistas que vieram e entrevistaram, isso não seria possível. Então foi graças ao apoio de muita gente que nos momentos mais difíceis veio, estava aqui do nosso lado, então tudo isso lógico, contribuiu muito. (entrevista com Nathalia, janeiro 2017)

2.2 Eventos

Outro dispositivo utilizado pelo movimento de resistência da Vila Autódromo foi a realização de um calendário de eventos na localidade. Entre os principais objetivos da promoção dessas atividades estavam: visibilizar o caso da Vila Autódromo na arena pública; convocar novos apoiadores para a mobilização coletiva; manter o local ocupado para fins de segurança, evitando algumas ações por parte da prefeitura; e ajudar os moradores a manter a vontade de permanecer, visto que esses momentos eram de apoio aos moradores que passavam pela pressão para deixarem suas casas. Podemos

---

internacional" disponível no dossiê Megaeventos e violação dos direitos humanos no Rio de Janeiro http://www.childrenwin.org/wp-content/uploads/2015/12/Dossie-Comit%C3%AA-Rio2015_low.pdf acessado em 18/06/2018.

dizer que os eventos organizados cumpriram de maneira geral os objetivos almejados, visto que o caso da Vila Autódromo adquiriu uma repercussão na mídia considerável, com a contribuição de um extenso número de apoiadores. Dentre os eventos realizados podemos citar o "Ocupa Vila Autódromo", constituído como eventos nos quais os apoiadores junto com os moradores organizavam uma série de atividades culturais para atrair pessoas para a localidade. Foram realizados shows e oficinas, exibidos filmes e trabalhos artísticos, normalmente por entre os escombros das demolições. A organização cuidava das atrações externas, decoração, venda de alimentos, comidas e divulgação do evento. Os "ocupas" conseguiram reunir pessoas convidadas através das mídias sociais, que a partir do evento poderiam passar a acompanhar o caso pelo Facebook, propor alguma intervenção e até passar a militar pela causa da Vila Autódromo. Durante o trabalho de campo foram contabilizados ao menos oito "ocupas", com algumas características que os diferenciavam entre si. Alguns foram temáticos como por exemplo, o "Ocupa Museu das Remoções", o "Ocupa Arraiá" e o "Ocupa Vila Autódromo Especial de Aniversário", em comemoração ao aniversário de 15 anos da moradora Flora. Como de praxe, esse "ocupa" contou com a organização dos apoiadores, porém entre os presentes se somaram os convidados da adolescente como em uma festa de 15 anos.

Além dos "ocupas", a Vila Autódromo continuou realizando eventos que já realizava antes, como os churrascos comunitários, festas juninas, festas da capela São José Operário, comemoração de datas festivas como Dia das Mães, Natal e Dia das Crianças. A diferença para quando eles ocorreram durante a mobilização coletiva é que nesse momento eles contam também com a presença de pessoas não moradoras e ex-moradoras, que continuam frequentando o local. Além disso, a Vila Autódromo passa a ser palco de outros eventos como a itinerante Festa Literária das Periferias (FLUPP); a disputa de futebol Taça Libertadores da Vila Autódromo entre apoiadores e moradores; atividades acadêmicas como o Seminário de Museologia Social, o Encontro Primavera dos Museus, oficina sobre justiça socioambiental, etc.; lançamento de livros[57] ; exibição de filmes; também funcionou como base para o Encontro das Comunidades

[57] Como por exemplo o livro de Marcela Munch "Direitos humanos e a colonização do urbano" em 2017 e "Guerra dos Lugares" de Raquel Rolnik em 2016.

Oprimidas pelas Olimpíadas e por Urbanizações (ECOOU); além de outros tipos de atividades organizadas que foram responsáveis por atrair um grande número de visitantes como por exemplo o geógrafo David Harvey[58]. Esses eventos, que tinham como principal objetivo atrair o maior público possível de visitantes que poderiam vir a ser apoiadores, funcionaram como um importante fator na acumulação de capital social para os agentes da mobilização coletiva.

Outra modalidade de promoção da visibilização do caso foi através de atos e manifestações. Para ilustrar, podemos citar a realização do café-da-manhã comunitário, no qual os moradores serviam para os transeuntes da Avenida Embaixador Abelardo Bueno um café-da-manhã enquanto expunham cartazes e contavam um pouco sobre o que estava acontecendo na Vila Autódromo. Uma outra manifestação que merece destaque foi o I Candomblé em Defesa da Casa de Nanã, uma cerimônia candomblecista realizada com objetivo de chamar a atenção para a existência do Terreiro e para a sua relação com a Lagoa de Jacarepaguá[59]. Outro ato que representa as múltiplas formas de manifestação empregadas foi a missa ecumênica promovida na praia de Copacabana em defesa da permanência na Vila Autódromo.

Juntamente com os eventos que buscavam manter a localidade ocupada para evitar algumas ações da prefeitura, estavam as estratégias de enfrentamento direto, como impedir a entrada de pessoas, carros ou caminhões indesejados, através de barricadas, que incluíam vigílias em dias de perigo iminente de demolições consideradas arbitrárias. Uma tática para evitar a entrada de carros ou caminhões não autorizados foi o sistema de portaria criado pelos moradores que se revezavam em turnos controlando a entrada principal da localidade com uma cancela improvisada.

Um dispositivo importante baseado na utilização do capital social dos agentes da mobilização da Vila Autódromo durante esse processo foi a campanha nas mídias sociais pela permanência e urbanização do local. Tanto nas páginas administradas pelo

---

[58] David Harvey é um geógrafo britânico marxista que dedica sua produção às questões urbanas e que cunhou o termo "empreendedorismo urbano" (1996).

[59] A orixá Nanã é associada às águas paradas, à lama dos pântanos, ao lodo do fundo dos rios e dos mares e por isso seus terreiros priorizam a proximidade com esses lugares, no citado a escolha da Lagoa de Jacarepaguá.

próprio movimento de resistência, abastecida com atualizações frequentes de informações, fotografias, eventos, enfim, com um material suficiente para quem desejasse conhecer ou acompanhar a luta, quanto naquelas mantidas por apoiadores, que funcionaram como um importante canal de transmissão de informação, atingindo redes cada vez maiores de contatos. Essas redes de contatos proporcionaram, por exemplo, a campanha "urbaniza já", na qual pessoas publicaram um pequeno vídeo solicitando a urbanização da Vila Autódromo. Dentre as figuras públicas estavam parlamentares, artistas e acadêmicos[60], atingindo uma grande repercussão do caso. A campanha também foi estampada em espaços para além da internet, como outdoors, muitos adesivos e camisetas estampando a cidade com o símbolo da campanha "Viva Vila Autódromo. Por um Rio sem remoções". É fundamental destacar a relevância da utilização das mídias sociais na campanha devido ao alcance que essas proporcionam[61].

Vale destacar também os projetos que foram criados na Vila Autódromo desde o início da mobilização coletiva contra a remoção. Dentre estes cito a biblioteca comunitária, que foi uma campanha de aquisição de livros para montar uma biblioteca para os moradores; a criação da horta agroecológica, que visava oferecer para os moradores uma maior autonomia alimentar e o projeto da Fossa Verde, desenvolvidos pela Fiocruz; e o Museu das Remoções, que pode ser definido como um projeto de museologia social com objetivo de manutenção da memória da Vila Autódromo e das remoções. O museu merece uma maior atenção nesse texto, pois além de ser o único projeto que continua em atividade - todos os outros citados foram asfixiados pelo processo de remoção - ganhou um considerável destaque no movimento de resistência da Vila Autódromo em termos de divulgação, investimento e atenção por parte de seus integrantes. O projeto surge na Vila Autódromo a céu aberto durante o período das demolições, utilizando-se dos próprios escombros, e atualmente ocupa uma das casas

---

[60] Dentre esses podemos destacar por exemplo o deputado estadual Marcelo Freixo, a atriz Camila Pitanga e o geógrafo David Harvey.

[61] Como exemplo, posso citar um vídeo que publiquei na minha página pessoal no dia de uma demolição com atuação violenta da polícia que obteve, até o momento, 4800 visualizações. Outro exemplo da magnitude da repercussão do caso é que em uma busca no site google são encontrados 1.020.000 resultados para as palavras Vila Autódromo. Para efeitos de comparação, a mesma busca pela localidade de "Vila União de Curicica", ameaçada pela maior remoção relacionada aos Jogos Olímpicos e que também empreendeu uma resistência exitosa, encontra um número bem menor: 101.000 resultados. Sobre o caso de Vila União de Curicica sugerimos a leitura de Petti (2016)

conquistadas na urbanização[62] com fotografias, textos e materiais das produções sobre a Vila Autódromo ao longo do tempo.

2.3 Apropriações

Apenas alguns poucos ex-moradores da Vila Autódromo aceitaram a oferta da prefeitura de reassentamento no Parque Carioca em um primeiro momento, e a maioria dos moradores foram "convencidos" a sair[63]. Os moradores que alegaram não querer deixar a localidade, indicavam a "pressão" como principal motivo para negociar[64] com a prefeitura. Essa "pressão" foi descrita por esses moradores que narraram a ação de agentes da prefeitura que coagiram à negociação, através de frases como "é melhor sair logo ou depois vai ficar sem nada" ou "se o seu vizinho não sair não tem como demolir a sua casa[65]" . Houve também a pressão imposta pela demolição das casas que, ao deixar escombros, conferiam ao local sujeira e insegurança conferindo à Vila Autódromo um "cenário de guerra". A pressão era às vezes imposta pelos próprios laços sociais existentes, pois muitos foram os relatos de interlocutores que se mudaram por conta da decisão de um familiar ou pela necessidade de manter as redes de apoio construídas com familiares ou vizinhos, como por exemplo, o cuidado das crianças enquanto os responsáveis trabalham.

Todos esses fatores eram ao mesmo tempo produto e produtores da remoção, ou seja, ao mesmo tempo em que existiam por causa da remoção, incentivaram os

---

[62] Uma das moradoras contempladas pela urbanização cedeu sua residência para o funcionamento do museu.

[63] Em todo o período em que realizei pesquisa de campo, só conheci duas mulheres que relataram terem aceitado o reassentamento quando esse foi oferecido pela prefeitura. Acredito que exista um número maior de pessoas que não tenha oferecido nenhum tipo de resistência ao reassentamento com base em outras fontes materiais como por exemplo o filme "Se essa Vila fosse minha" que contém relatos de moradores satisfeitos com a proposta de reassentamento.

[64] A remoção foi tratada tanto por parte dos agentes públicos quanto pelos moradores como uma negociação. Na teoria, só os decretos de desapropriação obrigaram o morador a sair, os outros optaram por sair, negociando a sua casa por alguma medida compensatória. Porém a pesquisa de campo mostrou que muitos moradores se sentiram obrigados a aceitar a negociação.

[65] Cada casa negociada com a prefeitura deveria ser imediatamente demolida, contudo como algumas casas tinham sua estrutura física contígua à de outras casas, ou de outros núcleos familiares, para demolir uma era necessário demolir toda a estrutura ou causar impactos à estrutura da casa que não negociou.

moradores a saírem. No processo dramático que envolvia a “decisão” - que se mostrou muito mais imposta do que escolhida - entre sair ou ficar, muitos conflitos surgiram e provocando também o rompimento de relações familiares: “minha prima saiu, meu tio saiu e parou de falar com minha mãe por causa disso, por causa de dinheiro, minha tia, minha prima também quase entrou no embalo e perde o contato com a família” ou “meu pai não fala mais com ninguém da minha família até hoje”.

Os conflitos entre os próprios moradores foram objeto de análise de muitos pesquisadores, que geralmente atribuem à prefeitura a utilização dessa tática para desarticular a mobilização de resistência. Clarissa Naback (2015), identifica a remoção da Vila Autódromo como uma “remoção biopolítica” por ter sido

> permeada de práticas institucionais que constrangem os moradores, agindo de forma capilar, diretamente no campo da vida, exercendo uma violência “subterrânea”, que não é passível de mensuração (a ameaça virtual de remoção) ou de fácil identificação (ela é praticada por diversos agentes de modo rotineiro o que torna difícil apurar o quanto as famílias foram pressionadas). E ao mesmo tempo age diretamente sobre o habitar, sobre o campo dos desejos - a vontade de morar em um condomínio ou em um lugar com estabilidade e serviços. (NABACK, 2015)

Uma das ideias de Naback era examinar as práticas marginais que afetam as dinâmicas espaciais e urbanas, para além das decisões legais, mas de diferentes estratégias. De acordo com a autora (2015) o seu objetivo era investigar esses processos que se inserem e reverberam em um conflito que se desdobra em diferentes feixes de ação sobre determinado espaço. Nem a prefeitura nem os moradores agiram somente por meios jurídicos. A autora identificou uma “arquitetura disciplinar”: procedimentos sobre o habitat que procuram conduzir certa prática de habitar a cidade, afirmando que a produção do espaço moderno envolve também a condução de modos de vida, visto que as remoções se desdobram em volta de dois novos elementos: “negociação e decisão”. De acordo com Naback (2015) “as remoções fazem parte da biopolítica urbana. Não pautada no discurso da erradicação, mas do controle sobre a produção da favela na cidade.” E que “as alternativas ainda tratam da normalização do habitar em oposição à morfologia da favela”. Essa normalização do habitar pode ser percebida nos conjuntos habitacionais, com casas unifamiliares, descoladas das atividades comerciais e com a estrutura de condomínio: portaria, síndico, área específica para brincar e para fazer festas. Assim como no projeto de urbanização na Vila Autódromo, que mais do que

melhorar a infraestrutura urbana do local se preocupou com a padronização das residências.

A morfologia da Vila Autódromo foi continuamente modificada durante o processo, tanto pelas obras do Parque Olímpico como pelas demolições. A sua estrutura social também sofreu mudanças, visto que as mais de 500 famílias foram se mudando pouco a pouco, desmantelando as relações familiares e de vizinhança, ao ponto de restarem apenas 20 famílias para serem englobadas no projeto de urbanização. É também preciso destacar que, além do esvaziamento por parte dos moradores, foi criado um novo fluxo de pessoas, pois passaram a circular na Vila Autódromo os muitos funcionários da obra do Parque Olímpico e também os apoiadores e visitantes interessados na resistência da Vila Autódromo.

É interessante apontar aqui como os moradores aprenderam a lidar com essas mudanças e principalmente como eles se apropriaram das mesmas. Apesar das demolições causarem aos moradores uma série de inconvenientes (sujeira, impactos nas construções, pressão psicológica, etc.) muitos se apropriaram dos materiais dos restos das edificações, das casas descaracterizadas, ou apenas do espaço vazio para criar novos ambientes antes não existentes. Como, por exemplo, a utilização da casa demolida do ex-vizinho para a construção de uma pensão, ou algo mais simples mas igualmente inventivo: usar o espaço vazio para improvisar um novo varal de secar roupas e o emprego de materiais abandonados por vizinhos na sua própria casa. Quanto às obras do Parque Olímpico e os efeitos no local, podemos exemplificar a apropriação dos moradores através da adaptação dos tapumes colocados pela prefeitura como outdoors de denúncia, pichados com frases que criticavam a situação em que se encontravam, assim como o apoderamento dos materiais de construção para fazer as barricadas na entrada que impediam os "invasores" de entrar na localidade.

Conforme já apresentado, a construção de uma pensão utilizando o espaço das demolições também representa uma apropriação de outra mudança além da morfologia, da presença dos novos transeuntes na localidade. Esses novos frequentadores representavam potenciais consumidores e para isso encontraram novos estabelecimentos comerciais que antes não existiam. Além de pensões que surgiram ao longo desse

processo, também podemos citar as barraquinhas que vendiam produtos menores como bebidas, cigarros e doces; e também as vendas que aconteciam exclusivamente nos eventos culturais administradas pelos moradores para, assim, aproveitar a presença desse novo público e garantir uma renda com isso. Às vezes, o empreendimento existia anteriormente, como era o caso de uma padaria, que depois de demolida passou a funcionar na casa da proprietária, ou seja, o espaço físico deixou de existir, mas as vendas continuaram em outro espaço. Nem sempre foi possível lucrar, tanto financeiramente como simbolicamente, com as mudanças na estrutura da Vila Autódromo, mas muitas vezes foi possível ao menos minimizar os impactos para conseguir se manter na resistência. Quanto aos problemas causados pela circulação de pessoas estranhas à localidade, que ofereciam riscos a crianças, os moradores se organizaram através da proibição de "pessoas estranhas" no parquinho. Os mesmos articularam também um sistema de portaria, no qual moradores se revezavam em uma cancela improvisada para garantir que só entrasse de carro ou caminhão quem os próprios autorizassem. Ou ainda podemos citar a adaptação dos containers e das casas urbanizadas, nas quais os moradores foram reassentados, apesar da tentativa de homogeneização e pouca, ou nenhuma, liberdade de escolha das novas moradias, os moradores conseguiram se apropriar do que lhes foi imposto e conferir alguma identidade.

Após esse processo de demolição das casas da Vila Autódromo, no dia 8 de março de 2016 a prefeitura da cidade anunciou um plano de urbanização para a Vila Autódromo, contemplando as restantes 20 famílias que até aquele momento não haviam negociado a troca da casa pelo apartamento, por uma indenização ou não haviam sido desapropriadas por meio de um decreto de utilidade pública. Uma semana antes dos Jogos Olímpicos, mais precisamente no dia 28 de julho de 2016, a prefeitura da cidade entregou a urbanização da Vila Autódromo.

Os elementos trazidos neste capítulo, que chamei de dispositivos de resistência, me proporcionaram a percepção sobre o tema da monografia e me permitiram construir a argumentação inicial. Ou seja, me fizeram pensar que existia uma dimensão educativa

na mobilização coletiva. Nos próximos capítulos irei analisar esses dispositivos à luz dos conceitos de Pierre Bourdieu.

CAPÍTULO 3 – A MOBILIZAÇÃO COLETIVA À LUZ DE PIERRE BOURDIEU

3.1 CAPITAL

Neste capítulo analiso os dados a partir dos conceitos utilizados na obra de Pierre Bourdieu, "capital", "campo" e "*habitus",* utilizando-os como ferramentas de interpretação dos conflitos e processos sociais descritos acima. De acordo com Zaia Brandão (2010), ao contrário de uma prática acadêmica em que os discursos antecedem os objetos de estudo, a proposta bourdieusiana é de operar com conceitos, ou seja, usá-los como ferramentas de construção de fenômenos empíricos que constituem o foco da investigação.

Na introdução e nos capítulos anteriores, apresentei rapidamente os conceitos de Bourdieu, principalmente o conceito de capital, pois julguei necessário para que possamos compreender a reflexão que busco propor neste capítulo. Brandão (2010) nos oferece uma contribuição para que possamos entender melhor esse conceito:

> Os agentes só conseguem participar do 'jogo' se dotados de um mínimo de capital específico do campo em que se situa. Os campos, por onde os agentes circulam levados pela necessidade de estar no jogo social, são o lócus onde operam, capitalizam-se e alteram-se os *habitus* em consequência da mobilização de diferentes tipos de capital. Em cada campo predomina um capital específico (artístico, científico, religioso..) que funciona como uma moeda própria daquele campo, cuja posse é a condição para que os agentes continuem no jogo (social) e nele possam, em virtude de suas jogadas acumular mais desse capital específico. (BRANDÃO, 2010)

Dentre os capitais apresentados no capítulo anterior, foi citado o capital político, dos moradores que já tinham experienciado ações coletivas, e proporcionado pelo próprio histórico de episódios sucessivos de tentativa de remoção. Afirmou-se ainda que esse capital foi ampliado nos casos das lideranças comunitárias visto que essas também possuíam um capital social relativo às suas posições de influência. Posteriormente foram citados diversos outros tipos de capitais para explicar que esses foram os recursos

mobilizados para produzir os dispositivos de resistência, como por exemplo o capital acadêmico na produção do plano popular de urbanização, e também acionados para provocar algum efeito no campo de forças em que foram empregados, como o fato do capital social ter sido fundamental para garantir que o plano de urbanização tenha obtido ampla participação e repercussão. Desse modo, ao mesmo tempo que os capitais são por esse texto interpretados como os recursos que explicam a criação dos dispositivos de resistência, eles também potencializam os dispositivos.

Na análise promovida neste trabalho, esses capitais, esses recursos, foram úteis para a mobilização dos moradores em torno de ação coletiva e nos ajudam a explicar a sua consolidação e efetividade. Posto que, comparativamente, outras experiências de ações coletivas movidas por agentes desapossados dos mesmos capitais, ou do seu volume, tenham tido mais dificuldades de afetar os campos nos quais foram inseridas, como por exemplo o caso de outros assentamentos populares que foram totalmente removidos.[66]

Como dito na última citação, os capitais são necessários para que os agentes possam participar do jogo social, que se dá em campos específicos, pelos quais esses agentes circulam: artístico, jurídico, jornalístico, etc. Assim cada campo exige por consequência também um capital específico, correspondente. Esse capital funciona como uma moeda própria daquele campo, cuja posse é a condição para que os agentes continuem no jogo social e nele possam, em virtude de suas jogadas acumular mais desse capital específico, pois é no próprio campo que os agentes se capitalizam. Como em um jogo de tabuleiro, para que um peão avance de casa ele precisa de moedas específicas, que possui por já jogar naquela casa durante algum tempo. O jogo é a vida social, o peão é o agente, a casa é o campo e a moeda é o capital. Os capitais foram utilizados na análise dos dispositivos de resistência pois foram interpretados como primordiais no potencial da mobilização coletiva. Ou seja, os peões (agentes da mobilização coletiva), só conseguiram avançar nas casas (campos em que a mobilização se deu), porque possuíam as moedas (capitais), específicos para aquelas.

---

[66] Não pretendo defender uma tese explicativa sobre o porquê da permanência da Vila Autódromo em comparação com outras assentamentos populares. Apenas afirmo os capitais acumulados pela mobilização coletiva enquanto fatores relevantes.

3.2 Campos

A associação de diferentes capitais no coletivo dessa mobilização, ou seja, a variedade de capitais trazidos pelos agentes que aderiram a causa, garantiu a atuação em diversos campos. Por exemplo, a atuação do movimento de resistência garantiu maior efetividade no campo legal porque possuía entre seus integrantes agentes dotados de capitais jurídicos. A atividade no campo midiático foi potencializada devido à atuação de agentes dotados do tipo de capital requerido por esse campo. Outro ponto importante a ser considerado é que essa participação em diferentes campos intensificou a visibilização da ação coletiva e por consequência atraiu novos agentes, com seus capitais e seus campos de atuação, constituindo um movimento cíclico de atração e atuação de apoiadores. Dito isso, é necessário a partir de agora definir o conceito de campo. Para tal utilizo a contribuição de Elaine Pereira (2015):

> Campo é um microcosmo social dotado de certa autonomia, com leis e regras específicas, ao mesmo tempo em que influenciado e relacionado a um espaço social mais amplo. É um lugar de luta entre os agentes que o integram e que buscam manter ou alcançar determinadas posições. Essas posições são obtidas pela disputa de capitais específicos, valorizados de acordo com as características de cada campo. (PEREIRA, 2015)

Os campos são formados por agentes que criam os espaços e os fazem existir pelas relações que aí estabelecem. Um dos princípios do campo é a "estrutura das relações objetivas entre os diferentes agentes" (BOURDIEU, 2003), estrutura as relações que nele ocorrem definindo quais os agentes conseguem manter ou incrementar posições na disputa concorrencial pelo espaço dentro do campo. Desse modo, os campos também podem ser pensados, de acordo com a teoria bourdieusiana, como espaços de disputas entre os agentes que buscam manter ou alcançar determinadas posições, que por sua vez são obtidas através da disputa de capitais. Segundo o próprio autor "é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças" (BOURDIEU, 2003). Brandão (2010) pode complementar essa perspectiva:

> Cada campo estruturado diferencialmente de forma relativamente autônoma em relação a outros, define-se por uma lógica particular de funcionamento, que estrutura as diversas interações que nele ocorrem, definindo objetivos específicos a serem alcançados para que os agentes possam manter ou incrementar suas posições relativas na luta concorrencial naquele espaço. Nesse sentido, cada campo funciona como um espaço de possibilidades - como um 'jogo' em que as 'tomadas de decisão' dos agentes decorrem das suas posições relativas na estrutura do campo e cujas estratégias (*sens du jeu)*

> estarão relacionadas, simultaneamente aos meios disponíveis (capitais) e aos objetivos a alcançar (conservar ou transformar a posição que detém no campo).(BRANDÃO, 2010)

Como destacado na citação de Brandão, as ações desses agentes decorrem da sua posição no campo e da estrutura do campo, pois existe uma luta concorrencial de posição relativa. Os capitais são possuídos em maior ou menor grau pelos agentes que compõem os campos, diferenças essas responsáveis pelas posições hierárquicas que tais agentes ocupam. Portanto,

> as condições de acumulação de capital são proporcionais às oportunidades de jogo que os agentes encontram nos campos sociais. Essas oportunidades, entretanto, não parecem ser circunstanciais ou aleatórias, pois estão normalmente balizadas pelo volume e pela estrutura de capital dos agentes em relação às condições (de volume e estrutura dos capitais) dos demais agentes envolvidos no jogo em um campo específico, pois como vimos para Bourdieu "no social tudo é relacional" (...)Dessa perspectiva, a aquisição e acumulação de capitais específicos (econômico, linguístico, científico, esportivo e etc.) implicam em condições objetivas de estabelecer relações com os demais agentes num determinado campo. Essas ações são dependentes das posições do conjunto dos agentes naquele campo específico (que tendem a guardar certa homologia com as posições alcançadas em outros campos) e conferem a cada agente o sentido do jogo mas ao menos adequado às condições de transformação ou manutenção das posições relativas dentro dos campos. (BRANDÃO, 2010)

Como vimos na citação, a aquisição e acumulação de capitais, que dependem das oportunidades, implicam em condições de estabelecer relações com os demais agentes num determinado campo. Que por sua vez dependem das posições do conjunto dos agentes. O capital social, "diz respeito principalmente às redes de relações às quais estamos ligados e que podem tornar possível ou facilitada nossa entrada em alguns campos, bem como contribuir para alcançarmos uma posição de maior prestígio ou poder nesses espaços" (PEREIRA, 2015). Quando voltamos ao objeto dessa análise, constatou-se que a mobilização coletiva na Vila Autódromo ativou, por meio de seu capital social, conexões com campos específicos como o jurídico, jornalístico, acadêmico e mobilizou alguns dos agentes que efetivamente atuam em cada um desses campos.

Desse modo, mesmo que os integrantes do movimento de resistência não tenham o capital acadêmico, conseguiram mobilizar, através do seu capital social, agentes que efetivamente atuam nesse campo. Como por exemplo os representantes de diversas instituições que constituíram o Grupo de Trabalho Acadêmico Profissional

Multidisciplinar (GTAPM) que formulou um parecer favorável à proposta de urbanização da Vila Autódromo em oposição a proposta de remoção da prefeitura.

Da mesma maneira muitos dos agentes não possuíam o capital específico para atuar no campo midiático, mas tinham o capital social que permitiu que os agentes dotados do capital necessário se mobilizassem para conectar a Vila Autódromo ao campo midiático. Podemos citar a extensa cobertura jornalística[67] e o número de filmes produzidos na localidade. Dentre eles podemos citar "Se essa Vila não fosse minha", "Favela olímpica", "A lutadora" "A Vila Autódromo persiste - a importância da cultura", "À espera da medalha - o lado pouco conhecido das Olimpíadas do Rio de Janeiro", "Vazio do lado de fora", "Rio Olympics 2016", "Resistência - o filme", "Mormaço". Muitos desses reconhecidos e premiados em festivais de cinema.[68]

Pensamos, por exemplo, que os agentes dotados de capital jurídico obtiveram ao longo de sua trajetória oportunidades de acumulação de capital jurídico e por isso têm condições objetivas de atuar no campo e estabelecer relações com os demais agentes do campo - que podem não integrar a mobilização coletiva, por exemplo, os juízes que julgam os processos formulados em prol do movimento de resistência. Porém, como foi dito na citação, as ações são dependentes da posição desses agentes no conjunto do campo, e suas oportunidades de jogo também. Podemos citar o exemplo de que quando agentes da defensoria pública obtiveram via ação judicial uma liminar impedindo demolições das casas enquanto a prefeitura não oferecesse o plano de urbanização, o defensor público geral - com maior volume e estrutura de capital e portanto uma posição melhor no campo - suspendeu a liminar, demonstrando a correlação de forças existentes nesse campo[69]. Como também foi mencionado na citação, pensar a partir da teoria de

---

[67] Sobre isso destaco a cobertura do canal Rio on Watch que dedicou extenso acompanhamento ao caso e se posicionou à favor da permanência http://rioonwatch.org.br/ acessado em 17/06/2018

[68] Uma matéria no jornal O globo de 05/7/2017 teve como temática justamente a exibição de filmes na Vila Autódromo em festivais internacionais e disponibiliza alguns dos filmes: https://oglobo.globo.com/rio/barra/filmes-sobre-vila-autodromo-sao-exibidos-em-festivais-internacionais-21557222 acessada em 13 de junho de 2018

[69] Sobre esse episódio ler: .http://rioonwatch.org.br/?p=10881 acessada em 28/05/2018 e https://odia.ig.com.br/_conteudo/noticia/rio-de-janeiro/2014-03-26/demolicao-na-vila-autodromo-provoca-racha-na-defensoria.html acessada em 28/05/2018

Bourdieu, e consequentemente, no conceito de campo, é pensar de forma relacional, concebendo o objeto ou fenômeno em constante relação e movimento.

3.3 *Habitus*

Segundo Bourdieu o *habitus* é ao mesmo tempo um sistema de esquemas de produção de práticas e um sistema de esquemas de percepção e apreciação das práticas. De acordo com o autor são as estruturas mentais através das quais o mundo social é apreendido "A disposição dos agentes, seu *habitus*, isto é, as estruturas mentais através das quais eles apreendem o mundo social, são em essência produto da interiorização das estruturas do mundo social" (BOURDIEU, 2003). Uma relação importante a ser destacada aqui é entre os campos e o *habitus*. A tentativa empreendida por Bourdieu na relação entre esses dois conceitos é de articulação entre agente social e estrutura social, na defesa por uma relação dialética entre indivíduo e estrutura. "O *habitus* é um operador de racionalidade, mas de uma racionalidade prática, imanente a um sistema histórico de relações sociais e, portanto, transcendente ao indivíduo." (BOURDIEU; WACQUANT, 1992 Apud BRANDÃO, 2010). Conforme explicitado anteriormente, em um determinado campo, um ou outro capital terá maior valor e importância. E também é no campo que pode ser situado o *habitus*, já que cada campo privilegia um *habitus* específico, a inserção no campo faz com que o agente aprenda um saber agir. Recorrendo a Catani (2004, apud PEREIRA, 2015), pode-se afirmar que o *habitus* é construído em um processo de aprendizado como produto da relação dos agentes sociais com diversas modalidades de estruturas sociais. Por exemplo, o campo acadêmico privilegia um *habitus* específico conhecido pelos agentes que transitam por esse campo. Esses agentes aprendem, através das relações do campo, como agir nesse espaço. Normalmente quando definimos esse conceito bourdieusiano pensamos em estruturas estruturadas que funcionam também como estruturas estruturantes. As estruturas são estruturantes à medida que são responsáveis pela construção de práticas e representações por parte dos agentes, mas também são estruturadas porque são influenciadas e reinventadas por esses mesmos agentes – que não seguem as normas tal qual se apresentam, mas fazem delas diferentes usos, se apropriam.

Apesar dessa concepção que considera as possibilidades de apropriação da estrutura, o *habitus* é frequentemente interpretado teoricamente como um produtor da

reprodução social. Contudo, me oponho a essa posição, buscando interpretar esse conceito como uma tentativa de análise das mais frequentes ações da vida social, as razões práticas, que incorporadas socialmente, permitem aos agentes agir segundo o senso do jogo, mas sem negar as possibilidades de agência inerentes à teoria. Brandão (2010) também concorda com essa posição e afirma que a teoria bourdieusiana sobre as razões práticas não nega a ação racional, apenas afirma que são geradas pelo *habitus* na vida social. Para Carlos Benedito Martins (2002), Bourdieu distancia-se da polarização indivíduo/estrutura, demarcando a importância de conceber a "relação recíproca entre os sistemas de percepção, apreciação e ação, ou seja, os *habitus*, e as diferentes estruturas constitutivas do mundo social e das práticas, ou seja, os diferentes campos".

Como salienta Zaia Brandão, Pierre Bourdieu jamais comparou o campo a um jogo de forças cegas, e sim a um lugar de mudanças permanentes. No campo existem possibilidades reais de transformação, mas que todavia são diferentes conforme a posição ocupada. As jogadas vão depender do volume e da estrutura do capital acumulado pelos agentes em suas experiências anteriores nos diferentes campos em articulação com o capital específico daquele determinado campo. Essa movimentação dos agentes no espaço social, que são as trajetórias ou estratégias, atravessam diferentes campos com relações e permanências diferenciadas segundo os interesses que os mobilizam (sempre consistentes com os *habitus* de que são dotados), e repercute na modificação da estrutura e do volume de capitais dos diferentes agentes.

3.4 A DIMENSÃO EDUCATIVA DA TRANSFORMAÇÃO DO *HABITUS*

Existe uma perspectiva dinâmica das relações habitus-capitais-campos. De acordo com Brandão (2010), Bourdieu assinala o 'sentido do jogo' nas ações sociais: ao jogar, os agentes desenvolvem a capacidade de responder às exigências das regras do campo em que estão inseridos; mas as jogadas cobrem apenas um elenco de alternativas, passíveis de serem ampliadas pela possibilidade das improvisações regradas geradas pelos *habitu*s. De acordo com o próprio autor, o *habitus* "sendo produto da história, é um sistema de disposições abertas, que não cessa de ser afrontado por experiências novas e, portanto, não cessa de ser afetado por elas. Ele é durável, mas não imutável" (BOURDIEU; WACQUANT, 1992 apud BRANDÃO). Ou seja, estamos falando de

possibilidades de transformação do *habitu*s, e é esse processo que mais nos interessa da teoria bourdieusiana neste trabalho.

Bourdieu nos oferece importantes elementos para esse trabalho justamente porque não enxerga esses conceitos como reprodutores sociais e sem possibilidades de transformação. De acordo com o autor, o processo de transformação do *habitus* pode acontecer a partir da movimentação e das lutas travadas dentro de um campo, através da circulação entre diferentes campos sociais. Além disso a transformação pode ocorrer também por um trabalho de análise reflexiva (portanto racional) sobre as próprias disposições, que são as estruturas mentais através das quais apreendem o mundo social.

Brandão (2010) também interessada nas possibilidades de conversão do *habitus*, considera que o mesmo se forma a partir da inserção do agente com as disposições necessárias para se manter nos jogos que se travam nos campos sociais e que as mudanças das posições do campo e as transformações do volume e da estrutura de capitais implicam em modificações no próprio *habitus.* Desse modo as práticas sociais não são ações mecânicas produzidas pelas estruturas sociais, mas o resultado das transformações dos *habitus* decorrentes das relações estabelecidas pelos agentes e sua mobilização no interior dos campos específicos, e pelas redes de relação que constroem ao circular pelos campos no espaço social.

Creio que podemos utilizar essa análise para argumentar que houve um processo de transformação de *habitus* dos integrantes do movimento de resistência da Vila Autódromo. Como pôde ser observado no capítulo anterior, as relações estabelecidas pelos agentes da mobilização coletiva proporcionaram a atuação da mesma em diversos campos. De acordo com minha concepção, as práticas da mobilização coletiva portanto não podem ser consideradas ações mecânicas produzidas pelas estruturas sociais, e sim resultantes da modificação do *habitus* dos agentes decorrentes das relações estabelecidas entre moradores e apoiadores, com os diversos campos, que transformaram o volume e a estrutura dos seus capitais.

A hipótese inicial era que a mobilização coletiva trouxe impactos para as trajetórias sociais dos agentes, constatados durante a pesquisa de campo. Através das vias oferecidas por Bourdieu entendemos que a mobilização proporcionou a

modificação dos *habitus* dos agentes, e assim influenciou nas trajetórias sociais dos integrantes.

Esse processo proporcionado pela mobilização coletiva de transformação do *habitus* decorrente das relações estabelecidas pelos agentes e sua mobilização no interior dos campos e de consequente reflexão que modifica as próprias disposições adquiridas, é o que chamo de dimensão educativa.

Essa análise é possível se pensarmos o *habitus* enquanto uma relação recíproca entre os sistemas de percepção, apreciação e ação e as diferentes estruturas constitutivas do mundo social e das práticas, ou seja, os diferentes campos ocupados pelo processo de mobilização coletiva. Bourdieu chama a atenção para a dimensão criativa, inventiva do *habitus* enquanto um conhecimento adquirido, e também um capital. Como podemos observar nesse trecho:

> Eu desejava pôr em evidência as capacidades "criadoras", activas, inventivas, do habitus e do agente (que a palavra hábito não diz), embora chamando a atenção para a ideia de que este poder gerador não é o de um espírito universal, de uma natureza ou de uma razão humana, [...] o habitus, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital. (BOURDIEU, 1989)

Essa dimensão inventiva diz respeito a capacidade de modificação do próprio *habitus*, que se pensado enquanto um capital, enquanto um conhecimento adquirido, se transforma a partir da inserção do agente e suas disposições nos campos, que se percebem, apreciam e agem, de acordo com as estruturas em que foram submetidos. Esse processo portanto não é mecânico, e sim fruto de uma reflexão dos próprios agentes que precisam agir conforme o jogo social. Mas que todavia, provocam efeitos para além dos esperados pela mobilização coletiva, ao permitirem mudanças nas próprias trajetórias dos agentes, através da modificação das disposições adquiridas, da complexificação dos seus *habitus*.

As modificação das disposições adquiridas pelos agentes se referem a apropriação de discursos, práticas e espaços promovidos na relação entre os agentes nos campos em que a mobilização coletiva foi inserida para obter êxito em sua disputa pela permanência no território. Os agentes, passam a ocupar novos campos, entrar em contato com capitais e *habitus* a partir do processo de ação coletiva. Conforme citado

anteriormente, Bourdieu concebe o *habitus* como sendo produto da história, um sistema de disposições abertas, que não cessa de ser afrontado por experiências novas e, portanto, não cessa de ser afetado por elas.

De acordo com Bourdieu, uma das tarefas da sociologia é desnaturalizar e desfatalizar o mundo social (BOURDIEU; WACQUANT, 1992 apud BRANDÃO, 2010). Desse modo, os agentes não estão livres dos condicionamentos sociais que produzem o *habitus*, mas atuam por intermédio de categorias de percepção e de apreciação social sobre a situação que os determinam. Pereira (2015) faz uma importante reflexão quando propõe que ao pensar em obras de produção cultural e em discursos intelectuais não podemos prescindir de que sejam pensados também os agentes que produzem tais obras, assim como seja considerado que estes as elaboram devido às relações estabelecidas nos/com os microcosmos sociais nos quais atuam. Assim, as teses que os agentes formulam estão diretamente imbricadas ao arcabouço teórico, ideológico e linguístico disponível em seus contextos sociais e históricos. Portanto, podemos transferir essa análise ao cenário aqui trabalhado, atribuímos ao processo de mobilização coletiva o contexto disponível para o arcabouço teórico, ideológico e linguístico apreendido pelos agentes, que todavia são responsáveis por sua apropriação.

CAPÍTULO 4 - A MOBILIZAÇÃO COLETIVA DA VILA AUTÓDROMO ENQUANTO UM PROCESSO DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

4.1 EDUCAÇÃO FORMAL, INFORMAL E NÃO FORMAL

Como enunciado desde a introdução, o objetivo principal deste trabalho é analisar uma possível dimensão educativa constatada no processo de mobilização coletiva contra a remoção da Vila Autódromo. Para tal análise, foram apresentados os elementos da mobilização coletiva que me fizeram atentar para a temática, interpretados à luz da teoria de Pierre Bourdieu, na tentativa de analisar o processo através de categorias sociológicas. Através das concepções bourdieusianas compreendemos que o

que identificamos como dimensão educativa se deu no processo de transformação do *habitus* a partir da movimentação e circulação dos agentes dentro dos campos sociais e também por um trabalho de análise reflexiva sobre as próprias disposições.

Neste capítulo, busco inserir essa discussão no campo da pesquisas da educação e investigar o processo de mobilização coletiva enquanto educativo utilizando a categoria "educação não formal" como sugerem as análises empreendidas por Maria da Glória Gohn. A autora dedicou boa parte da sua obra (1999), (2003), (2004), (2006) e (2014) para investigar as ações de protagonismo da sociedade civil, e assim como neste texto monográfico, mais especificamente, as formas educativas existentes nesses processos (2006) e (2014).

Articular educação com os processos de formação dos indivíduos é uma demanda urgente por isso trabalhamos com um conceito amplo de educação que envolve campos diferenciados, da educação formal, informal e não formal. Para melhor compreensão de "educação não formal", devemos antes traçar as outras duas categorias. A primeira é "educação formal". De acordo com Gohn (2006) é a educação desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados e com professores como os agentes do processo de construção do saber. A finalidade da educação formal é relativa ao ensino e aprendizagem de conteúdos historicamente sistematizados, normalizados por lei, dentre os quais destaca-se formar o indivíduo como um cidadão, desenvolver habilidades e competências várias**.** Nesse tipo de educação há certificações e titulações que capacitam os indivíduos a seguir para graus mais avançados.

A segunda categoria é "educação informal", que segundo a definição de Gohn (2006), é aquela que os indivíduos aprendem durante seus processos de socialização - na família, bairro, amigos. A educação informal socializa os indivíduos segundo valores e crenças de grupos que se frequenta ou que pertence por herança desde o nascimento. Logo, quem educa na educação informal são os familiares, amigos, meios de comunicação, etc. Diferente da formal, a informal não é organizada, os conhecimentos não são sistematizados e são repassados a partir de práticas e experiências anteriores. Esse tipo de educação opera em ambientes espontâneos, onde as relações se

desenvolvem segundo gostos, preferências ou pertencimentos herdados. Portanto, na educação informal os resultados não são esperados.

A educação não formal é aquela compreendida por Gohn (2006) como a que se aprende via processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas. Na educação não formal o agente do processo de construção do saber é o outro, aquele com quem interagimos ou nos integramos. O espaço físico onde transcorrem os processos educativos são os territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos fora do espaço escolar, nos quais há processos interativos intencionais. Há na educação não formal uma intencionalidade na ação, no ato de participar, de aprender, de transmitir ou trocar saberes[70]. A educação não formal ocorre em ambientes e situações interativas construídas coletivamente, segundo diretrizes de dados grupos, nos quais usualmente a participação dos indivíduos é optativa, mas ela também poderá ocorrer por forças de certas circunstâncias da vivência histórica de cada um. Os objetivos da educação não formal não são dados a priori, eles se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo. Um modo de educar surge como resultado do processo voltado para os interesses e as necessidades que dele participa.

De acordo com Gohn (2014) a concepção da educação não formal parte do pressuposto que a educação propriamente dita é um conjunto, uma somatória que inclui a articulação entre educação formal – aquela recebida na escola via matérias e disciplinas, normatizada –, a educação informal – que é aquela que os indivíduos assimilam pelo local onde nasce, pela família, religião que professam, por meio do pertencimento, região, território, classe social – e a não formal, que apesar de ter um campo próprio pode se articular com as outras duas. A não formal são os saberes e aprendizados gerados principalmente em experiências via a participação social, cultural ou política em determinados processos de aprendizagens. A educação não formal poderá ocorrer tanto em espaços institucionalizados (no interior de um conselho gestor, por exemplo), como no interior de um movimento social, entre aqueles que lá estão participando e reivindicando, e vão aprender algo sobre um dado tema – quem são os

[70] De acordo com Gohn (2014) a educação informal poderá ter ou não intencionalidades (por exemplo, educar segundo os preceitos de uma dada religião é uma intencionalidade).

opositores, os encaminhamentos necessários; como poderá ocorrer ainda em outros espaços sociopolíticos, como nas ONGs, nos museus, etc. Ou seja, a educação não formal é um processo de aprendizagem, não uma estrutura simbólica edificada e corporificada em um prédio ou numa instituição; ela ocorre via o diálogo tematizado. Na gestão de uma política social, em um espaço público, ao trabalhar com democracia deliberativa compartilhada, etc. A educação não formal aglutina ideias e saberes produzidos via compartilhamento de experiências, produz conhecimento pela reflexão, faz o cruzamento entre saberes herdado e saberes novos adquiridos.

4.2 A mobilização coletiva da Vila Autódromo e a educação não formal

Valéria Garcia (2009), que dedicou sua tese de doutorado aos estudos sobre a educação não formal e fez um extenso levantamento bibliográfico sobre o assunto, identificou algumas características da educação não formal que podem nos ajudar a entender melhor a categoria, são elas: ter algum tipo de processo educacional como mediador; interferir na formação do indivíduo; ter compromisso com aspectos importantes para o grupo envolvido; ter um campo de atuação amplo, heterogêneo e disperso; possuir liberdade de atuação; ter baixo grau de institucionalização e estruturação; acontecer em diferentes espaços, podendo ser inclusive em espaços escolares; pode surgir e desaparecer espontaneamente; ter potencial para efeitos multiplicadores; ter a intenção de promover a socialização; favorecer a participação e proporcioná-la de maneira descentralizada; não ter supervisão e orientação de um órgão específico; não ter obrigatoriedade (de tempo, frequência, certificação, avaliação); não fazer parte do sistema educacional regrado; Não é o espaço ou local onde as ações são desenvolvidas que garantem suas características (sendo assim, propostas de educação não formal podem ocorrer em espaços tradicionais da educação formal, como as escolas - a diferença está na lógica, no acontecimento das ações realizadas); E por fim não é sempre que vai ser identificada como “educação”.

Como pudemos perceber, Garcia apresentou uma gama extensa de características definidoras do que seja uma educação não formal. Gohn (1997) nos ajuda a estreitar mais a compreensão da categoria ao definir as possibilidades de atuação no campo da educação não formal:

> O primeiro envolvendo a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos, isto é, o processo que gera a conscientização dos indivíduos à compreensão de seus interesses e do meio social e da natureza que o cerca, por meio da participação em atividades grupais. O segundo, a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades. O terceiro, a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a organizarem-se com objetivos comunitários, voltados para a solução de problemas coletivos cotidianos. O quarto, e não menos importante, a aprendizagem dos conteúdos da escolarização formal, escolar, em formas e espaços diferenciados. (GOHN, 1997)

Acredito que a educação resultante do processo da mobilização coletiva da Vila Autódromo atende as características apresentadas por Garcia, assim como as dimensões de atuação oferecidas por Gohn e, por isso, busco interpretá-lo como um processo de educação não formal. Para fundamentar tal análise podemos explicitar alguns dados que confirmam aspectos da atuação da educação não formal entre os agentes da mobilização coletiva. A primeira das apresentadas na citação de Gohn diz respeito a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos, isto é, o processo que gera a conscientização dos indivíduos à compreensão de seus interesses e do meio social e da natureza que o cerca, por meio da participação em atividades grupais. A ação coletiva, organizada em torno do objetivo de contrapor a proposta de remoção da prefeitura da cidade, necessitou fundamentar seu discurso em argumentos legítimos nos campos em que foi inserida. Esses argumentos precisavam portanto de uma base legal e técnica, principalmente nos artigos constitucionais sobre moradia e outros direitos humanos fundamentais. Também foram mobilizados toda a sorte de documentos legais possuídos, como os títulos de Concessão do Direito Real de Uso (CDRU) e a regulamentação da Área de Especial Interesse Social (AEIS). Nas reuniões da organização coletiva eram debatidos os direitos possuídos pelos moradores e de que formas poderiam ser validados, já que por vezes estavam sendo violados. Os agentes da mobilização se informaram coletivamente sobre, por exemplo, quantos quilômetros de distância a legislação prevê o reassentamento ou que para realizar uma demolição era necessária a presença de um engenheiro responsável. Mais do que conhecimentos específicos, podemos exemplificar a atuação da educação não formal no nosso objeto de estudo através de relatos dos interlocutores sobre o processo mais amplo identificado como de conscientização política, que permite uma percepção mais crítica sobre o meio social:

> Todo esse processo de luta, de resistência, ele expande muito a consciência. então eu me modifiquei muito, eu com certeza sou uma pessoa muito diferente

de quem eu era antes de isso tudo. Porque esse processo todo ele transforma a gente, a gente começa a perceber coisas que antes a gente não via...então você acaba...E a gente aqui, a gente passou por um processo que a gente teve que trabalhar com a política, com essa coisa da consciência, mas também a gente teve que lidar com o capital, houve um investimento financeiro muito alto aqui. (entrevista Sandra Maria, janeiro de 2017)

Hoje eu sou uma pessoa muito mais consciente, muito mais politizada, sabe, eu tenho um outro olhar hoje em dia, um olhar que eu não tinha e que eu só adquiri esse olhar graças a essa luta, a esse engajamento na luta. Se eu não tivesse esse engajamento, se eu não tivesse me apropriado dessa luta eu não teria tido essa experiência, que eu vejo hoje que foi um divisor de águas da minha vida. (...) Aí você vai analisando os pontos, vai vendo as injustiças, as adversidades, as contradições, aí eu falei caraca cara, ta muito errado isso aqui. E aí você vai escutando, aí você vai se formando, a tua opinião, e aí você começa a ter uma formação política. Uma formação crítica, você começa a formar tua própria opinião em relação àquilo, porque até então não tinha essa noção. (...) O que eu penso hoje é muito em virtude do que eu passei nesse período tétrico de luta intensa. Então foi muito importante assim, eu costumo de dizer que a luta continua, ela não acaba porque a gente vai continuar lutando constantemente. Não sei o que está por vir mas a gente continua nessa batalha. Mas foi muito importante. Não só o fato da gente ter permanecido, mas a consciência crítica que eu adquiri, a pessoa que eu, né, querendo ou não, te transforma em muitos aspectos, não tem como você sair de uma experiência dessa do mesmo jeito que você entrou. Impossível. Mesmo que a gente, graças a deus a gente conseguiu, e eu sou muito grata a deus por ter conseguido ficar, não tivesse conseguido ficar, eu seria muito grata pela experiência que eu vivi, que eu sobrevivi, agora é claro que ficar foi uma conquista, um sabor assim muito especial, muito digno saber que, poxa, embora tenham ficado poucas famílias. (Entrevista Nathalia, janeiro 2017)

Eu me sentia pressionada e tal, sabia que a gente tinha que sair, mas eu nunca achei que a gente ia sair. Porque a gente tinha muito...a gente tinha título de posse, todos os documentos (...) antes eu achava que não acontecia isso, tipo os Jogos e tal, mas agora eu sei que por trás daquela festa toda tá acontecendo inúmeras injustiças. Várias coisas que não devam acontecer. Hoje eu fico mais atenta assim para essas coisas, busco saber mais. (...) acho que para quem saiu no início talvez não tanto, mas para quem ficou até o final, acho que é um bom estímulo para você ser mais crítico, para você não ver o mundo "ah é daquele jeito". Todo mundo achava, pelo menos eu achava, que a Olimpíada era muito legal e que não acontecia nada demais, aí tem todo um esquema por trás, uma desculpa, eles usam os Jogos Olímpicos como uma desculpa. (entrevista com Flora, março 2017)

Quanto maior era o engajamento da pessoa em relação a luta da Vila Autódromo mais isso impactou a vida dessa pessoa. Então pessoas que se engajaram muito, Sandra, minha mãe, essas pessoas já não conseguiam mais, depois de tudo o que aconteceu, voltar a viver a vida da mesma forma. E isso sem dúvida está relacionado ao estudo, de você absorver mais conhecimento para poder lutar mais pela causa que necessita. A Penha também teve uma mudança de vida do que ela vivia antes e o que ela vive agora. Mas a maioria das pessoas que tinha engajamento maior tiveram uma mudança de vida, de

mentalidade. (Entrevista com Pedro, maio 2018)

Conforme a última fala destacada, foi constatada uma proporção entre engajamento e impactos educativos na vida das pessoas. No caso, quanto maior o engajamento mais complexo fica o *habitus*, pois há maior circulação nos campos e mais oportunidades de reflexão acerca das próprias disposições. As trajetórias sociais foram influenciadas pela mobilização coletiva, mas quanto mais engajado, e os agentes se engajaram com intensidades diferentes, mais chances de modificação do *habitus* existem. Portanto algumas trajetórias aparecem, tanto para o interlocutor quanto para a pesquisadora, como mais influenciadas pelo processo de mobilização coletiva, as das lideranças que circularam mais e estabeleceram mais redes com outros agentes.

A segunda dimensão de atuação da educação não formal oferecida por Gohn é a capacitação dos indivíduos para o trabalho por meio da aprendizagem das habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades. Por mais que o objetivo da mobilização coletiva se distancie do mundo do trabalho a primeira vista, podemos citar alguns casos de desenvolvimento de potencialidades que implicaram em capacitações para o trabalho. Como nos casos nos quais o processo garantiu o desenvolvimento de potencialidades para o exercício de funções nos poderes legislativo e executivo. O caso de Pedro, no qual o episódio da remoção da sua casa potencializou, de acordo com seus próprios termos, a mudança de suas perspectivas profissionais[71]. O jovem deixou a contabilidade e o Rio de Janeiro para cursar a gestão pública em São Paulo, com o objetivo de concorrer futuramente a um cargo público eletivo, mais especificamente a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro[72]. Sobre esse caso destaco a fala do ex-morador:

> Eu passei a enxergar o mundo de uma maneira diferente e para mim não fazia mais sentido voltar para a faculdade, sentar na cadeira da UERJ e ficar assistindo aula de contabilidade e ganhar dinheiro do mercado financeiro ou

[71] Pedro também acredita que o processo potencializou a sua espiritualidade "me deixou muito mais espiritualizado e religioso em relação ao candomblé. É curioso que nesse ponto eu acho que afetou muito. Muitas coisas que aconteciam e eram inexplicáveis." Destacou o que chamou de "curiosidade" da fala de sua mãe numa audiência em Brasília- pois apesar de sempre ter acreditado no Candomblé e ter percebido suas expressões nos ambientes de terreiro - que se manifestou de maneira diferente e do orgulho que sentiu de ter presenciado aquele momento "parecendo que não era ela".

[72] O caso de Pedro foi contado em uma matéria da Folha de São Paulo no dia 22/02/2017 com o título "em meio a descrédito na política jovens estudam para disputar eleições https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/02/1862059-em-meio-a-descredito-na-politica-jovens-estudam-para-disputar-eleicoes.shtml acessado em 18/06/2018.

> em empreender, da forma como eu pensava empreender. E aí eu fiquei pensando...tirei um final de semana que foi praticamente um retiro espiritual e pessoal para poder pensar quais seriam os novos caminhos que eu iria retomar, os caminhos que eu iria tomar, e quais seriam as consequências dele. Eaí baseado nisso tudo eu fiz o vestibular na FGV [Fundação Getúlio Vargas], mas antes de fazer o vestibular eu tive que fazer um pré-vestibular. Foi nesse momento em que quis tomar um novo rumo, tinha uma nova perspectiva que eu conversei com a Julia Michels que é uma jornalista americana (...) Então, quando a gente recebeu imissão na posse lá, depois de muito pensar eu vi que dois cursos poderiam não me formar, porque não existe formação para político, mas me colocar melhor para servir a população. Parece muito clichê, mas é verdade. A princípio eu tava inclinado para o curso de Direito, mas o curso de Direito não iria me dar tantas ferramentas quanto o de administração pública. (entrevista com Pedro, 2018)

Pedro não é o único agente da mobilização que está tentando uma carreira no poder público. Uma das ex presidentes da Associação de Moradores da Vila Autódromo concorreu ao cargo de vereadora no ano de 2016, pelo Partido Trabalhista do Brasil (PTB), utilizando o nome "Terezinha da Vila Autódromo". Esse fato também é relevante para que possamos compreender o capital simbólico construído na mobilização coletiva da Vila Autódromo, o suficiente para acreditar que ele irá capitalizar a candidata em uma disputa pelo poder legislativo.

Para entender melhor esses dois casos, podemos trazer a discussão que Bezerra (2007) propôs no seu artigo sobre como a inserção nas mobilizações de bairro em virtude das relações sociais e competências técnicas e políticas acumuladas, abre possibilidades para trajetórias pessoais distintas, tais como o exercício de funções no universo político administrativo. De modo mais amplo, o que Bezerra propõe explicar, de que maneira a formação de um espaço de mobilização coletiva, ao tornar-se objeto de reconhecimento público, cria simultaneamente novas possibilidades em termos de inserções sociais para pessoas que integram essa forma de mobilização. De acordo com o autor,

> A conjunção desses processos parece ter contribuído para seu reconhecimento como uma força política ao propiciar uma apropriação de seus membros das discussões e mecanismos partidários e governamentais por meio de comissões, conselhos, reuniões com o legislativo e o executivo. As relações e conhecimentos adquiridos, somados à condição de lideranças nos bairros, habilitam essas pessoas a ocuparem ou vislumbrarem como uma possibilidade de ascensão a posições na administração e nas instâncias políticas. (BEZERRA, 2007)

Os debates registrados em campo por esse autor apresentam um panorama amplo das ideias em circulação nesse espaço e das categorias de entendimento

transmitidas e utilizadas na interpretação das experiências vividas pelos membros das associações. A participação na construção do movimento e a ocupação dos espaços institucionais foram fundamentais no que diz respeito às possibilidades que se apresentaram as trajetórias individuais dos seus interlocutores. Ou seja, o que o autor propõe é entender o significado que a passagem pelo espaço coletivo da mobilização trouxe para as experiências individuais.

Da mesma forma, acredito que a passagem pela mobilização coletiva da Vila Autódromo proporcionou a transmissão de categorias de entendimento e a ocupação de novos campos, às vezes institucionais, fundamentais para as possibilidades apresentadas às trajetórias. Seja a possibilidade da administração pública como nos últimos exemplos, ou na museologia, como no caso dos agentes que passam a atuar no Museu das Remoções, em virtude das relações sociais e competências técnicas e políticas acumuladas.

Uma terceira dimensão possível de atuação da educação não formal é a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltados para a solução de problemas coletivos cotidianos. Nesse caso podemos relembrar os exemplos das soluções encontradas por moradores para lidar com as condições adversas impostas pelo processo de remoção. Apesar das demolições causarem aos moradores uma série de inconvenientes (sujeira, impactos nas construções, pressão psicológica...) muitos moradores se apropriaram dos materiais dos restos das edificações, das casas descaracterizadas, ou apenas do espaço vazio para criar novos ambientes antes não existentes, para benefício próprio, como a construção de uma pensão, ou coletivo, como os espaços utilizados para os eventos culturais. Quanto às obras do Parque Olímpico e os efeitos no local, podemos trazer o exemplo da apropriação dos moradores através da adaptação dos tapumes colocados pela prefeitura como outdoors pichados com frases que denunciavam a situação em que se encontravam. Conforme já apresentado, os problemas acarretados pela circulação de pessoas estranhas à localidade foi amenizado através do controle da circulação, com barricadas, portarias e proibição da frequentação de determinados espaços específicos, como o parquinho das crianças. Além disso podemos citar a criação de novos estabelecimentos comerciais, ou de novos públicos consumidores, para suprir a renda

perdida dos comércios impactados pela remoção. Ou ainda a adaptação da moradia das famílias em contêineres (instalados pela prefeitura enquanto construía as casas do projeto de urbanização) que contou com a criação de uma lavanderia coletiva para suprir as necessidades domésticas do grupo de moradores. Essas práticas demonstram a capacidade dos indivíduos de se organizarem com objetivos comunitários, voltados para a solução de problemas coletivos cotidianos durante o processo de remoção.

A última dimensão apresentada por Gohn se refere a aprendizagem dos conteúdos da escolarização formal, escolar, em formas e espaços diferenciados. Em outro texto da autora (2006) essa mesma ideia aparece como "aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista da compreensão do que se passa ao seu redor". Além de articular com os exemplos oferecidos no primeiro campo, de aprendizagem política de direitos, podemos pensar no caráter dos conteúdos utilizados pelos agentes da mobilização para contestar a remoção e legitimar a possibilidade de permanência. Como demonstrado no capítulo anterior, esses conteúdos foram construídos através da relação com os agentes na circulação por entre os campos, como por exemplo acadêmico, jurídico e político. Os agentes que não são dotados dos capitais necessários para atuar nesses campos, através do capital social conseguem ativar agentes, que de fato possuem uma atuação em determinado campo, e portanto mobilizar alguns dos capitais que possuem. Ou seja, mesmo que os agentes não tenham frequentado espaços formais de educação que muitas vezes são os campos onde os agentes se capitalizam, como a faculdade de Direito, de Arquitetura ou de Ciências Sociais, obtiveram, através da educação não formal acesso à alguns dos conteúdos oferecidos, aos pertinentes às suas demandas. Entre os conteúdos da escolarização formal apreendidos podemos citar os conceitos de "Direito à cidade" atribuído ao filósofo Henri Lefebvre e o de "gentrificação" atribuído à socióloga Ruth Glass, apropriados pela mobilização coletiva. Esses conceitos são amplamente utilizados por movimentos sociais urbanos, principalmente os ligados à moradia e mobilidade, e podemos dizer que fizeram parte do arcabouço teórico, linguístico e ideológico da mobilização coletiva da Vila Autódromo que citei em outro momento do texto. Dentro da apropriação desse arcabouço que é construído coletivamente e processualmente para compreender as questões envolvidas no conflito, legitimar a permanência dos

moradores e seus modos de habitar a cidade, podemos citar também as críticas ao sistema capitalista, as pautas feministas e as ecológicas. A utilização desses discursos foi diversas vezes observada enquanto os agentes atuavam nos campos e podem ser exemplificadas em algumas imagens:

Convite do evento de comemoração de 2 anos do Museu das Remoções postado na página do Facebook. Acessado em 18/05/2018

Álbum na página do Facebook da Vila Autódromo que denuncia os prejuízos ambientais sofridos pela localidade no período de remoções, acessado em 18/05/2018.

Vídeo no Facebook lembrando o evento com mulheres do movimento de agroecologia. Fonte Facebook, acessado em 03/06/2018

Pichação em uma casa descaracterizada. Foto: Mariana Tafakgi (4 de outubro de 2014)

Dentre as resultantes que a educação não formal poderá desenvolver apontadas por Gohn (2006) destaco aqui algumas das que considero relevantes no processo de mobilização coletiva da Vila Autódromo: potencial para efeitos multiplicadores; processos de consciência e organização em grupos coletivos; contribuição para um sentimento de identidade; condições aos indivíduos para desenvolverem sentimentos de autovalorização, de rejeição dos preconceitos; o desejo de lutarem para serem reconhecidos como iguais, dentro de suas diferenças; adquirir conhecimento de suas próprias práticas.

Os efeitos multiplicadores do processo de educação não formal podem ser apresentados através da continuidade da atuação dos agentes da mobilização coletiva para além da conquista da urbanização da Vila Autódromo. Ou seja, mesmo depois de atingido o objetivo do movimento de resistência, alguns agentes permanecem atuando em campos ocupados a partir deste processo. Nos eventos nos quais continuam a ser

convidados a participar, nos eventos que continuam a organizar na Vila Autódromo, nas ações coletivas que ainda participam e mobilizam e principalmente na atuação política contra as remoções que continuam acontecendo na cidade. Como exemplo podemos citar a atuação dos agentes da Vila Autódromo em outras mobilizações coletivas contra a remoção, como as das localidades Barrinha, Araçatiba, Rádio Sonda, Horto, entre outras, através principalmente do compartilhamento de experiências dos moradores. Outra frente de atuação muito relevante é por meio do já citado Museu das Remoções[73], descrito como um instrumento de resistência, que em maio de 2018 completou dois anos de existência. Sobre os efeitos multiplicadores do processo trago a fala de Nathalia, que ressalta os "frutos da luta":

> Hoje eu vejo importância de dar continuidade a esse trabalho por isso tem o projeto do Museu das Remoções e a gente tá aí batalhando para continuar porque é muito importante. As pessoas que vêm aqui, você ainda participou disso tudo com a gente, mas muita gente que chega aqui não tem noção do que era a Vila Autódromo. Não tem noção do que era esse espaço. Então chegar, ver essas casinhas aqui e achar que 'ah ficou e tá tudo bem', não, não tá porque aconteceu muita coisa para isso, tem uma história, tem uma história que tem que preservar, tem que preservar a memória, tem que contar para as futuras gerações, tem que alertar para que eles possam e continuem lutando para que não desistam. Nossa foi muito muito desgaste, um processo muito difícil e tenso. Mas tem que passar, tem que dialogar para quem chega, para que não propaguem só o que tá aqui hoje mas que divulguem mesmo o que foi a luta, que sirva de exemplo, de incentivo e de motivação para que outras pessoas também não desistam, porque a gente ainda tem diversas comunidades que passam por esse processo. E a ideia do museu é que seja um instrumento de luta né, de resistência. A gente inclusive já ta indo para outras comunidades relatar nossa história. E ajudar e apoiar com o próprio museu, divulgando em outras comunidades que passam por isso, ajudando, contando a nossa história, a nossa experiência. Fazendo trabalhos de… a gente já fez muito trabalho de abaixo-assinado. Passando nossa experiência para que essas comunidade não desistam. Esse trabalho já ta sendo feito, tem uma comunidade no Alto da Boa Vista que ta passando por esse problema e a gente já foi lá, fizemos uma reunião, inclusive agora no dia 22 vai ter uma reunião lá e a gente também vai. Então assim, é uma luta que tá dando frutos né, uma luta que está dando frutos para ser uma ferramenta, um instrumento de luta para outras comunidades é um trabalho que realmente não pode morrer tem que levar para frente para fomentar cultura, nesse processo nós tivemos muitos eventos culturais que foram importantíssimos, ajudaram muito, trouxeram pessoas para cá, para conhecer, para divulgar a luta, difundir, propagar a luta. Então cara a gente tem que levar isso para outras comunidades, não só comunidades, continuar esse trabalho aqui, é isso cara não parar é uma luta constante mesmo. É continuar e dar seguimento, então é muito importante. (entrevista com Nathalia, janeiro de 2017)

[73] Mais informações sobre o museu podem ser obtidas na página https://museudasremocoes.com/ acessada em 16/05/2018.

De acordo com Gohn (2006) os resultados são possíveis porque a educação não formal atua sobre aspectos subjetivos do grupo, trabalhando forma e cultura política de um grupo ao desenvolver laços de pertencimento. Ajuda portanto na construção da identidade coletiva e pode colaborar para o desenvolvimento do empoderamento do grupo. Além da construção da identidade "Vila Autódromo", podemos dizer que foram desenvolvidos, a partir do reconhecimento das práticas e identidades, laços de pertencimento com coletivos maiores como o dos moradores de comunidades e favelas, e em alguns casos de mulheres ou de negros. Como disse a autora, a construção da identidade pode implicar no desenvolvimento do empoderamento. Nesse sentido, podemos trazer o caso emblemático de Heloisa, que durante o processo de defender sua casa e seu terreiro de Candomblé *Yle Axe Ara Orum Yaba Jiyi* situado na Vila Autódromo, passou a se engajar em causas de racismo religioso[74] e em questões mais amplas relacionadas ao movimento negro. A militância de Heloisa já foi reconhecida através da Medalha Pedro Ernesto da Câmara dos Vereadores, principal comenda da Câmara Municipal do Rio de Janeiro que reconhece a atuação na defesa dos Direitos Humanos[75], e do Prêmio Dandara, dedicado a pessoas que empregam esforços na valorização da mulher afrodescendente, latino-americana e caribenha no estado do Rio de Janeiro, ambos concedidos em 2015. Heloisa ainda descreve sua vida como "de luta" nas mídias sociais e nos eventos que participa pois continua atuando na militância, como também relata seu filho:

> Hoje ela volta e meia faz uma palestra com pautas de cor e religiões de matriz africana, vai aos Estados Unidos a convite de um professor. Então é uma coisa que move muito ela, acho que ela conseguiu se encontrar em uma coisa que, eu tenho para mim que ela vai levar para a vida toda. Foi uma injeção definitiva para ela. Inclusive estava pensando em fazer um mestrado em relações étnico raciais em Portugal (entrevista com Pedro, maio de 2018)

Aproveitando a deixa de Pedro acerca da articulação com os espaços formais de educação, Heloisa, assim como Penha, Sandra Maria, Nathalia, Luiz, Jane, Inalva, Altair, Sandra Regina, entre outros nomes de moradores da Vila Autódromo, passaram a circular por vários espaços do ensino superior e serem reconhecidos como debatedores e palestrantes nas principais Universidades do Rio de Janeiro. Durante a pesquisa pude

---

[74] Heloisa atua, por exemplo, na campanha "Liberte nosso sagrado" que busca recuperar artigos religiosos de matriz africana em posse do Museu da Polícia Civil.

[75] Maria da Penha Macena, moradora da Vila Autódromo e uma das principais lideranças locais, também recebeu a medalha, no ano de 2016.

atestar a participação em mesas de debate na Universidade Federal Fluminense (UFF), na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e na Pontifícia Universidade Católica (PUC)[76].

4.3 Possíveis relações entre educação não formal e educação formal

A relação entre educação não formal com espaços educativos formais, como a escola e a universidade, foi um ponto que chamou a atenção durante a pesquisa. Reymond (2003, apud SPOSITO, 2008) afirma: "A reflexão sobre a educação não formal é também, por definição, uma reflexão sobre a educação formal. Todas as medidas e políticas concernentes à educação não formal afetarão no longo prazo a educação formal", desse modo, podemos dizer que as modalidades de educação estão em processo de interação mesmo que ações e as pesquisas acadêmicas muitas vezes privilegiam apenas um dos pólos.

Depois da urbanização da Vila Autódromo, orientei minha atenção na pesquisa de campo para as crianças e jovens moradores e ex moradores para pensar a relação da remoção com o espaço escolar. Ou seja, minha primeira investida para pensar educação no contexto da Vila Autódromo foi pensando na educação formal. Os interlocutores em idade escolar relataram atividades em sala de aula sobre o tema Jogos Olímpicos, inclusive pude observar trabalhos propostos[77], como os de pintura dos "anéis olímpicos" da menina Rebeca, de 8 anos. Sobre a relação com a escola trago um trecho da entrevista com Pérola, na época com 12 anos.

> Mariana: E o pessoal da escola fala alguma coisa sobre aqui?
>
> Pérola: Não… o que eles falavam é o que se passa mais na rede.. na tv porque é o que eles ficam sabendo né... são meio desinformados.
>
> Mariana: Mas ai você falava o que estava passando na realidade?
>
> Pérola: aham

---

[76] Inclusive no episódio em que apresentei minha pesquisa na Semana de Ciências Sociais da PUC-Rio em 2016, Maria da Penha fazia parte da mesa principal do evento e acabou participando da minha apresentação em um dos GTs.

[77] De acordo com uma professora da rede municipal de ensino entrevistada, a prefeitura orientou que fossem realizadas atividades que contemplassem o tema dos Jogos Olímpicos. Essa professora afirmou ter realizado um trabalho com seus alunos sobre os impactos sociais da realização do megaevento, mas que não possuía alunos da Vila Autódromo.

Mariana: Mas aí os professores comentaram também?

Pérola: Não...os professores não. Só quando perguntava onde é que a pessoa mora, aí eu respondia, aí eles falavam alguma coisa.

Mariana: E sobre as olimpíadas, falaram alguma coisa?

Pérola: Sim! só coisa boa [risada irônica] só sobre os jogos, nada do que ela traz de ruim. (...)

Mariana: E na sua vida, você acha que mudou alguma coisa?

Pérola: Acho que mudou porque muito do que falam que é assim, que a olimpíada é uma coisa boa, união dos povos e que não é bem isso. E também que eu fiquei sem nenhum amigo, só da escola mesmo. Sei lá ficou muito diferente.

Mariana: Então você acha que foi mais negativo do que positivo?

Pérola: É

Mariana: E as atividades que você participou, os ocupas..?

Pérola: é de coisa boa ficou os shows, os eventos que tiveram aqui… e também foi o evento que deu a nossa resistência.

(entrevista com Pérola em janeiro de 2017)

Como podemos observar a jovem traça algumas incongruências entre o que chamamos de experiência não formal de educação e a experiência formal. O relato de Sandra sobre a experiência de sua filha Flora de 15 anos também é interessante:

Mariana: Mas a escola chegou a saber? Chegaram a comentar, trabalharam de alguma forma... é bem pertinho né [a escola da Vila Autódromo]?

Sandra: ah escola sabe porque muitas crianças que moravam aqui estudavam lá e então eles sabem que muito foram para lá e sabem que continuamos aqui. A Flora, ironicamente, ela fazia balé na escola e o balé da escola[78] era patrocinado pelo Carlos Carvalho [dono da empresa Carvalho Hosken, uma das principais proprietárias dos terrenos da Barra da Tijuca e construtora do Parque Olímpico], então na escola tem um pôster dele na escola assim como patrono, a diretora faz várias homenagens a ele (...) e a Flora de vez em quando tinha que ouvir umas coisas assim como "maravilhoso", elogios, e por dentro ela sabia que não era nada disso. Aí ela chegava e comentava comigo, tinha que conviver com os dois lados.

(Entrevista com Sandra, janeiro de 2017)

Para abordar esse ponto, trago a contribuição de Osmar Fávero (2007):

> A comparação com a "vida escolar" é inevitável, não porque a escola é *formal* – efetivamente o é, nos seus elementos estruturais –, mas porque deixou de

[78] A escola que Flora estuda, e vários outros ex moradores da Vila Autódromo também estudavam, é a Escola Municipal Roberto Burle Marx, que teve sua construção subsidiada pela empresa Carvalho Hosken e fica dentro do condomínio Rio2.

> abrigar, sobretudo quando foi estendida para as camadas populares, a riqueza de seus espaços e tempos *não-formais*. Por isso, a necessidade e a importância da recuperação desses espaços e tempos em outras instâncias da sociedade. (FÁVERO, 2007)

Não cabe neste texto levantar a pauta do porquê de não ter se discutido de maneira mais crítica nos espaços formais de educação básica investigados o processo aqui analisado, mas, como sugeriu Fávero, levantar a pauta da importância dos espaços não formais de educação. Visto que, normalmente, esse tipo de educação não consegue se abrigar na vida escolar. Reconhecer os espaços de educação não formal é fundamental para que se reconheça sua relevância, pois dificilmente são conhecidos como educativos. É interessante destacar que durante a pesquisa, apenas um dos meus interlocutores utilizou o termo educação para se referir aos processos que outros preferiram eleger palavras como "consciência" e "mentalidade". Quando eu citava a palavra educação com meus interlocutores, esta foi logo associada ao "estudo". Assim como enquanto pesquisadora, e futura educadora, também tive dificuldade de explorar o tema da educação fora do âmbito escolar. Garcia (2009) identificou que umas das características da educação não formal é justamente não ser reconhecida como educação. Portanto destacamos com essa discussão a necessidade de exaltar os processos não formais de educação como educativos, pois como vimos, junto com o informal, eles oferecem uma série de dimensões inclusive da perspectiva da formação de um sujeito crítico que não conseguem ser supridas pela educação formal.

Segundo Sposito (2008), a defesa de processos educativos extraescolares muitas vezes pressupõe um diagnóstico que repousa numa espécie de fracasso da ação escolar em sua missão civilizadora de formação da cidadania. Nesse caso, deveriam preencher lacunas diante do aparente fracasso da ação escolar. Porém não é essa perspectiva que pretendemos adotar aqui, a do preenchimento da lacuna deixada pela educação escolar, até porque se conhece as dificuldades do campo da mesma. A proposta é oferecer uma contribuição para a inclusão de outros processos educativos. De acordo com Isabel Batista (2008) existem "núcleos de fecundidade produzidos nas zonas de intersecção entre as duas culturas de aprendizagem – escolar e social. O que está em causa é a valorização da educação em todas as suas dimensões e durante toda a caminhada

existencial". Como também afirma Reymond (2003 apud SPOSITO, 2008), que inclusive propõe pensar a relação entre aprendizagem social e sucesso escolar:

> Nesta medida, o aprender 'na e com escola', experiência fundamental e preciosa em qualquer aventura de vida, passa a coexistir em regime de articulação dinâmica com outras formas de educar e de aprender, justificando a "mútua hospedagem" ou cooperação activa? Que implicações sociais, políticas e organizacionais decorrem dessa ligação? Qual a relação entre a aprendizagem social e o sucesso escolar, por exemplo? (REYMOND, 2003)

De acordo com Gohn (2014) para que se delineie um programa de articulação da educação não formal com a formal, sob a perspectiva emancipatória, ele não pode ser pontual ou experimental, deve ter diretrizes mais gerais. Se não for assim, acaba caindo no aspecto de uma educação para suprir algumas coisas que o ensino formal não está fazendo, em um parâmetro de simplesmente complementar. O caminho para a educação não formal se consolidar é, em primeiro lugar, ter reconhecimento.

Epistemologicamente podemos inserir a educação não formal no campo da Pedagogia Social. De acordo com Gohn (2006), a Pedagogia Social é "aquela que trabalha com coletivos e se preocupa com os processos de construção de aprendizagens e saberes coletivos". Batista ao falar sobre Pedagogia Social (2008) privilegia a expressão "aprendizagem social" e a descreve como:

> Pode dizer-se que as intervenções enquadradas pela pedagogia social tendem a privilegiar as modalidades de educação não-formal e informal, dado que estas modalidades se referem a uma aprendizagem que não é, necessariamente, dispensada por um estabelecimento de ensino ou de formação e que nem sempre conduz a uma certificação reconhecida nos moldes tradicionais.(...) Ao instituir-se como um saber matricialmente dependente da qualidade das interfaces produzidas na relação com outros saberes, a pedagogia social oferece um capital de conhecimento decisivo na construção de novos modelos de inteligibilidade, traduzidos, forçosamente, em novos esquemas de acção. (BATISTA, 2008)

Podemos dizer que inserimos a discussão aqui apresentada na tradição da pedagogia que associa educação com a formação de sujeitos sociais, o que significa pensar educação como formação humana e suas relações com a dinâmica social em que se insere.

É necessário salientar que a atual versão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) no 1º artigo afirma que

“A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. E no 2º parágrafo chama a atenção: “A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”. Ou seja, a lei maior sobre educação no Brasil considera processos formativos formais, informais e não-formais como educativos. No caso exemplificando explicitamente “movimentos sociais” e “organizações da sociedade civil” e a necessidade de vinculação entre a educação formal com a não formal “vincular-se à prática social”.

Dentro do campo da aprendizagem social, dos processos de construção de saberes coletivos, é preciso diferenciar a educação não formal que estamos trabalhando aqui, da mobilização coletiva da Vila Autódromo, de outras propostas educativas, que também se apresentam como educação social, mas que tem um caráter conservador. Busca-se entender aqui a educação não formal em uma perspectiva emancipatória, numa pedagogia libertadora e não integradora a uma dada ordem social desigual.

4.4 Educação não formal em uma perspectiva emancipatória

De acordo com a concepção de Gohn (2006) a educação não formal em uma perspectiva emancipatória abrange os eixos da educação para justiça social; educação para direitos (humanos, sociais, políticos, culturais, etc.); educação para liberdade; educação para igualdade; educação para democracia; educação contra discriminação; educação pelo exercício da cultura, e para a manifestação das diferenças culturais. Ou seja, eixos que demonstram a vocação crítica da educação não formal.

É importante observar que inúmeras inovações no campo democrático advêm das práticas geradas pela sociedade civil que alteram a relação estado-sociedade ao longo do tempo e constroem novas formas políticas de agir. Sobre a educação não formal de acordo com uma perspectiva emancipatória, é comum pensar na relação com os movimentos sociais que vêm contribuindo na construção do campo da educação, uma vez que eles extrapolaram o que regularmente tem sido propiciado pela educação

formal. De acordo com Gohn (2014) isso ocorre porque os movimentos sociais foram pioneiros nos processos de educação não formal. Como o exemplo do gigante Movimento Sem Terra e os diversos estudos realizados sobre os processos educativos ali produzidos. A título de exemplo o "Pedagogia do Movimento Sem Terra" de Roseli Salete Caldart (2000) pensa o MST enquanto um sujeito pedagógico, uma coletividade em movimento que é educativa, e que atua intencionalmente no processo de formação das pessoas que a constituem. Caldart chama a atenção para os dois novos sujeitos da discussão pedagógica: um movimento social, e um grupo social específico, os trabalhadores e as trabalhadoras rurais sem-terra. De acordo com a autora o MST se insere nessa tradição da pedagogia trabalhada aqui neste texto, que associa educação com a formação de sujeitos sociais e que nos diz, através de sua trajetória histórica, que a matriz dessa formação pode ser um movimento social, através de processos políticos, econômicos e socioculturais que compõem sua dinâmica, como produto e agente particular da sociedade vista como um todo educante. O que significa retomar a discussão sobre a educação como formação humana e suas relações com a dinâmica social em que se insere.

Almerindo Janela Afonso (1989, apud GARCIA, 2009) é um dos autores que buscam essa articulação com os movimentos sociais e chama a atenção para o caráter afetivo, muitas vezes descolado das análises dos processos educativos, e primordial para o processo de mobilização coletiva aqui analisado. Os grupos assim constituídos, em geral, motivam-se tanto pelo caráter afetivo referente ao fato de estar junto com pessoas com as quais têm identificação étnica, de classe, ideológica etc, como também pelo desejo comum de construir, refletir, planejar ações que são próprias do grupo específico, naquele determinado momento histórico.

Para esse autor, a educação não formal caracteriza-se por possibilitar a transformação social possibilitando aos sujeitos participantes desse processo, condições de interferirem na história, refletindo-a, transformando-a e, logo, transformando-se. A educação não formal pode considerar, valorizar e reafirmar a cultura dos indivíduos nela envolvidos, fazendo com que a bagagem cultural que cada um esteja presente no decorrer de todos os trabalhos, procurando não somente valorizar a realidade de cada um, mas indo além, fazendo com que essa realidade perpasse todas as relações. Por isso

chama a atenção para a necessidade da sociologia que pensa a educação a se dedicar aos processos não formais de educação: "uma sociologia da educação (não escolar) deverá caracterizar-se por atender, preferencialmente, aos contextos onde possam ocorrer processos relevantes de educação e aprendizagem não formal" (AFONSO, 1989 apud GARCIA, 2009).

Miguel Arroyo (2003), utiliza o termo "aprendizagem de direitos" para trabalhar a relação entre os movimentos sociais e a educação. De acordo com o autor, esses processos têm sido educativos não tanto através da propagação de discursos e lições conscientizadoras, mas pelas formas como tem agregado e mobilizado em torno das lutas pela sobrevivência, pela terra ou pela inserção na cidade, chamando atenção para a centralidade das lutas pela humanização das condições de vida nos processos de formação. Para Arroyo a luta pela vida educa por ser o direito mais radical da condição humana, e pelo fato de os movimentos sociais se articularem em coletivos nas lutas pelas condições de produção da existência mais básica, se descobrirem e se aprenderem como sujeitos de direitos.

De acordo com o autor, analisando movimentos tão diversos, a teoria pedagógica crescerá se se alimentar das virtualidades educativas presentes nos movimentos sociais pelo fato deles reporem os perenes questionamentos da condição humana. De acordo com o autor, os profissionais da pedagogia deveriam agradecer aos diversos movimentos sociais a posta em cena, e de maneira tão rigorosa, das grandes questões humanas que sempre revigoraram o campo da teoria pedagógica. Eles oferecem um prato cheio para sair dos recortes pontuais, dos olhares pobres em que se isolou o didatismo escolar e também o metodologismo da educação não formal. Eles nos educam e educam os coletivos que deles participam. Educam a sociedade.

István Mészáros (2004) afirma que educar é resgatar o sentido estruturante da educação e da sua relação com o trabalho, as suas possibilidades criativas e emancipatórias. E que transformar essas ideias em prática vai além da sala de aula. Portanto a educação não pode ser encerrada no terreno estrito da pedagogia, mas tem que sair às ruas, para o espaço público, se abrir para o mundo. Uma das funções principais da educação formal é produzir consenso a partir dos próprios limites

institucionalizados. Desse modo, esperar da sociedade mercantilizada uma sanção ativa que estimule as instituições de educação formal a abraçar a grande tarefa histórica de romper com a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana seria um milagre. O autor defende uma concepção mais ampla de educação na qual "a aprendizagem é nossa própria vida" e destaca que muito do nosso processo contínuo de aprendizagem se situa, felizmente, fora das instituições educacionais formais. Felizmente porque esses processos não podem ser controlados de imediato pela estrutura educacional formal, que internaliza concepções fortemente consolidadas a favor do capital. Sem um progressivo e consciente intercâmbio com processos de educação abrangentes com a "nossa própria vida" a educação formal não pode realizar suas aspirações emancipadoras. Se, entretanto, os elementos progressistas da educação não formal forem bem sucedidos na perspectiva de uma alternativa hegemônica à ordem existente, eles poderão dar uma contribuição vital para a superação da lógica do capital, não só no seu limitado domínio como na sociedade como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apresentado na introdução, a primeira hipótese da pesquisa era que existia uma dimensão educativa na mobilização coletiva pois esta trouxe impactos para as trajetórias sociais dos agentes, constatados durante a pesquisa de campo. E a segunda hipótese era que esse processo poderia ser considerado uma experiência de educação não formal.

Para investigar tal processo foram utilizados conceitos de Pierre Bourdieu como ferramentas de construção de fenômenos empíricos que constituíam o foco da investigação. Foram citados no capítulo 2 os recursos, os capitais, mobilizados para produzir e potencializar os dispositivos de resistência. Posteriormente, no capítulo 3, foi dito que a associação de diferentes capitais no coletivo dessa mobilização, a variedade de capitais trazidos pelos agentes que aderiram a causa, garantiu a atuação da mesma em diversos campos. E também que os integrantes do movimento de resistência quando não dotados de determinado capital específico, como por exemplo acadêmico, conseguiram mobilizar, através do capital social, agentes que efetivamente atuavam nesse campo. Ou seja, os agentes da mobilização coletiva na Vila Autódromo ativaram, por meio de seu capital social, conexões com campos específicos como o jurídico,

jornalístico, acadêmico e mobilizaram alguns dos agentes que atuam em cada um desses campos.

Foi apontado também no capítulo 3, que cada campo privilegia um *habitus* específico, e que a inserção no campo faz com que o agente aprenda um saber agir. O *habitus* é portanto construído em um processo de aprendizado como produto da relação dos agentes sociais com diversas modalidades de estruturas sociais. Mas também foi destacado que no campo existem possibilidades reais de transformação, que todavia são diferentes conforme a posição ocupada. As jogadas vão depender do volume e da estrutura do capital acumulado pelos agentes em suas experiências anteriores nos diferentes campos em articulação com o capital específico daquele determinado campo. Logo, a movimentação dos agentes no espaço social, as trajetórias, atravessam diferentes campos com relações e permanências diferenciadas segundo os interesses que os mobilizam (sempre consistentes com os *habitu*s de que são dotados), e repercute na modificação da estrutura e do volume de capitais dos diferentes agentes. Bourdieu assinala o 'sentido do jogo' nas ações sociais: ao jogar, os agentes desenvolvem a capacidade de responder às exigências das regras do campo em que estão inseridos, mas as jogadas cobrem apenas um elenco de alternativas, passíveis de serem ampliadas pela possibilidade das improvisações regradas geradas pelos *habitus.*

Segundo a teoria de Bourdieu, o processo de transformação do *habitus* pode acontecer tanto a partir da movimentação e das lutas travadas dentro de um campo, através da circulação entre diferentes campos sociais. Quanto pode ocorrer também por um trabalho de análise reflexiva sobre as próprias disposições, que são as estruturas mentais através das quais apreendem o mundo social. Utilizando a análise bourdieusiana argumentamos que houve um processo de transformação de *habitus* dos integrantes do movimento de resistência da Vila Autódromo. Como pôde ser observado nos capítulos anteriores, as relações estabelecidas pelos agentes da mobilização coletiva proporcionaram a atuação em diversos campos. Com isso, as práticas da mobilização coletiva não podem ser consideradas ações mecânicas produzidas pelas estruturas sociais, e sim resultantes da modificação do *habitus* dos agentes decorrentes das relações estabelecidas entre moradores e apoiadores, com os diversos campos, que transformaram o volume e a estrutura dos seus capitais.

Esse processo proporcionado pela mobilização coletiva de transformação do *habitus* decorrente das relações estabelecidas pelos agentes e sua mobilização no interior dos campos e de reflexão que modifica as próprias disposições adquiridas, é o que chamo de dimensão educativa.

A segunda hipótese era que processo poderia ser considerado uma experiência de educação não formal. Tomando a concepção de educação propriamente dita como um conjunto, uma somatória que inclui a articulação entre educação formal – aquela recebida na escola, normatizada –, a educação informal – que os indivíduos assimilam pela família, religião que professam, por meio do pertencimento, região, território, classe social – e a não formal - saberes e aprendizados gerados principalmente em experiências via a participação social, cultural e política. Cheguei a conclusão de que o processo nesse texto analisado atende as características, as dimensões de atuação e as resultantes apresentadas pelas autoras que se dedicaram a explorar os processos não formais de educação. Portanto a mobilização coletiva da Vila Autódromo foi identificada enquanto um processo não formal de educação.

Depois disso, busquei explanar sobre as possíveis relações entre educação não formal e educação formal, com o objetivo de levantar a pauta da relevância dos espaços não formais de educação e reconhecê-los enquanto educativos. Inserimos epistemologicamente a educação não formal no campo da Pedagogia Social, que, ao instituir-se como um saber dependente da qualidade das interfaces produzidas na relação com outros saberes, oferece um capital de conhecimento decisivo na construção de novos modelos de inteligibilidade, traduzidos, forçosamente, em novos esquemas de ação.

Dentro do campo da aprendizagem social, dos processos de construção de saberes coletivos, foi distinguida o processo de educação não formal da mobilização coletiva da Vila Autódromo, de outras propostas educativas, que também se apresentam como educação social, mas que tem um caráter conservador. Buscou-se entender aqui a educação não formal em uma perspectiva emancipatória, e não integradora a uma dada ordem social desigual.

Por fim associamos a educação com a formação de sujeitos sociais, tomando a discussão sobre a educação como formação humana e suas relações com a dinâmica

social em que se insere. Afirmando que a matriz dessa formação pode ser uma movimentação coletiva, através de processos políticos, econômicos e socioculturais que compõem sua dinâmica, como produto e agente particular da sociedade vista como um todo educante. A educação não formal caracteriza-se por possibilitar a transformação social possibilitando aos sujeitos participantes desse processo, condições de interferirem na história transformando-a e, logo, transformando-se

Conforme apresentado durante o texto, além do histórico atrelado às tentativas de remoção, a narrativa sobre a Vila Autódromo também pode ser contada pelo seu histórico de resistência como um exemplo emblemático de mobilização coletiva. Apesar dessa versão da história da resistência ser apreendida como uma reação em relação à remoção, não podemos reduzir toda a experiência de resistência da Vila Autódromo a um reflexo simétrico e expectável.

A palavra resistência aqui adquire o sentido de não aceitação da desocupação da área. Mas a mesma palavra poderia ser utilizada para várias outras experiências cotidianas da população empobrecida, algumas inclusive também enfrentadas pelos moradores da Vila Autódromo, como por exemplo resistir à falta de assistência do poder público. Resistir significa "conservar-se firme, não ceder", porém mais do que se manter nas condições em que os moradores já se encontravam, a experiência de resistência da Vila Autódromo é aqui entendida como uma insurgência de sujeitos ativos, moradores e apoiadores, que produziu novas possibilidades. Ou seja, o "não ceder" poderia apenas se dar através de formas de contraposição, mas também se deu de forma criadora. Um exemplo que expressa essa análise é o já citado Plano Popular de Urbanização da Vila Autódromo, uma proposta construída para se opor a oferecida pela prefeitura, mas não apenas por meio da não aceitação da condição imposta, a remoção, e sim a imposição de uma nova condição, a urbanização. Assim como alguns moradores encontraram formas e conseguiram se adaptar às condições de desmantelamento da localidade impostas pela prefeitura, e até encontraram meios de se beneficiar das mesmas, como a venda de comida para os funcionários do Parque Olímpico. Mesmo que muitas relações afetivas tenham sido desfeitas durante o conflito ou pelo deslocamento compulsório, novas relações afetivas foram construídas entre os agentes da mobilização.

Não é minha intenção minimizar de modo algum os impactos negativos relativos ao processo de remoção. A proposta aqui era reconhecer no processo de mobilização coletiva, enquanto um coletivo de agentes, o potencial criador e educador do processo. Dentro desse contexto, almejei analisar as especificidades dessa movimento de resistência, descrevendo as práticas "sutis" (CERTEAU, 1997), que foram pensadas como estratégias para impedir as tentativas de remoção forçada por parte da prefeitura do Rio de Janeiro e também as táticas cotidianas utilizadas por estes moradores para conseguir permanecer. Utilizo o termo "sutis" para caracterizar práticas como a valorização – e a criação de novos – vínculos afetivos, a realização de atividades artísticas e culturais e também o enaltecimento dos modos de vida existentes. As especificidades dessa movimento de resistência contribuíram para o alcance de uma posição de destaque no contexto de novas e variadas formas de mobilização coletiva, inclusive conquistando êxito em uma contenda desigual de forças com o Governo Municipal.

Podemos dizer que os agentes aprenderam novas formas de existência na cidade, novas formas de atuação política e novas pautas de luta, apesar das tentativas de asfixiamento e apagamento impostas pelo poder público. Os agentes, moradores e apoiadores, aprenderam com a mobilização coletiva da Vila Autódromo.

Como analisado por outros autores, "parte-se do reconhecimento de que a conflituosidade urbana opera como mecanismo e processo virtuoso, que explora ao limite a capacidade criativa das camadas subalternas e as possibilidades de ações e concepções contra-hegemônicos." (VAINER et al, 2013). A conflituosidade operou como um mecanismo operacionalizador de análises acerca dos modos de se produzir o urbano, por parte dos agentes da mobilização e para aqueles que pensam a cidade. A partir do conflito, da crise, se criaram condições específicas que potencializam processos criativos contra-hegemônicos, que questionam a lógica de venda da cidade, da especulação imobiliária e da expulsão dos pobres das áreas centrais. Para aqueles que se dedicam aos estudos urbanos, o conflito serviu para pôr em pauta a mercantilização da cidade e da sua população. Podemos dizer que a cidade aprendeu com a mobilização coletiva da Vila Autódromo.

O foco principal deste texto é, em primeiro lugar, reconhecer a existência processos de aprendizagens construídos em processos sociais coletivos, participativos, onde a escola não é o centro do processo educativo. No reconhecimento dessas mobilizações coletivas, movimentos sociais e outros atores sociais, como produtoras de conhecimento, produtoras e agenciadoras de saberes. Saberes voltados para os interesses coletivos, que tomam parte nos assuntos públicos. Em síntese, adotou-se neste texto uma perspectiva de aprendizagem como sendo um processo de formação humana, criativo e de aquisição de saberes e certas habilidades.

Paulo Freire (1987) deve ser lembrado por seu importante papel de abertura do caminho para o diálogo aqui travado, à medida que construiu toda sua reflexão em torno do processo de produção do ser humano como sujeito, da potencialidade educativa da condição de oprimido e do esforço de tentar deixar de sê-lo, o que quer dizer, de tentar transformar as circunstâncias sociais desta sua condição, engajando-se na luta pela sua libertação. Nas suas palavras:

> Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação e começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua "conivência" com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental é que esta não se cinja em mero ativismo, mas esteja associada a mero empenho de reflexão, para que seja práxis. (FREIRE, 1987)

O autor chama a atenção para a dupla necessidade do oprimido se descobrir enquanto tal: no nível intelectual e da ação. Já que, de acordo com sua concepção, o ativismo dissociado da reflexão não permite uma real libertação. No caso da mobilização coletiva da Vila Autódromo, identificamos além da luta organizada um empenho reflexivo por parte dos agentes, uma práxis, que configura o movimento enquanto emancipatório. O processo de aprendizagem proporcionado na mobilização coletiva foi percebido através das influências nas trajetórias sociais dos agentes. Essas influências se deram - em diferentes graus relativos às possibilidades de circulação por entre os campos e de relações estabelecidas - através da atuação nos campos e na reflexão dos agentes sobre as próprias disposições, que permitiram consequente

complexificação dos seus *habitus*. Ou seja, a ação, atuação por entre os campos, articulada com o processo de reflexão sobre as próprias disposições.

Sempre seguindo Paulo Freire, se pensarmos na construção de sujeitos ativos, participativos e críticos, é necessário reconhecer a contribuição das mobilizações coletivas, do movimento de resistência da Vila Autódromo e da educação não formal. Essa monografia buscou dar sentido a esses valiosos campos compromissados com lutas que visam à transformação da realidade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Rodolfo Teixeira. *Dramas, conflito e convergências: o processo de remoção na Vila Autódromo.* In: Revista Habitus: Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p.85-115, 2017.

ALVES, Rodolfo Teixeira; **PETTI**, Daniela Ramos. *Memórias insurgentes: resistências na Vila Autódromo e na Vila União de Curicica em contexto olímpico.* In: Revista Ensaios, v. 11, p. 50-66, 2018.

ARROYO, Miguel Gonzales. *Pedagogias em movimento: o que temos a aprender dos movimentos sociais.* In: Currículo sem fronteiras, v. 3, n. 1, p. 28-49, 2003.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES, PESCADORES E AMIGOS DA VILA AUTÓDROMO (AMPAVA). *Plano Popular da Vila Autódromo: Plano de Desenvolvimento Urbano, Econômico, Social e Cultural*, 2012. Disponível em: https://vivaavilaautodromo.wordpress.com/plano-popular-da-vila-autodromo/ acessado em 23/06/2018.

AZEVEDO, Lena; **FAULHABER**, Lucas. *SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro olímpico*. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

BAPTISTA, Isabel. *Pedagogia Social: Uma ciência, um saber profissional, uma filosofia de acção*. In:Cadernos de Pedagogia Social, n.2, p. 7-30, 2008.

BEZERRA, Marcos Otávio. *Mobilizações de bairro, repertórios de ação coletiva e trajetórias pessoais.* In: Revista Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia, n. 23, p. 43-65, 2007.

BRASIL. *Dossiê de candidatura do Rio de Janeiro à sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016*, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia.* Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. *O poder simbólico*. Rio de janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989

_____. *Coisas ditas.* São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

_____. *As regras da arte.* São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. *Usos sociais da ciência*. São Paulo: UNESP, 2003.

BRANDÃO, Zaia. *Operando com conceitos: com e para além de Bourdieu.* In: Educação e Pesquisa, v. 36, n. 1, 2010.

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem-Terra: escola é mais do que escola.* Petrópolis: Vozes, 2000.

CAVALCANTI, Mariana. *Vida e Morte do "Agrupamento 26"(2011-2013): breve etnografia do Morar Carioca na "Barra Olímpica".* In: Revista de Antropologia, v. 60, n. 3, p. 211-235, 2017. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/141744/137171. Acesso em: 23/06/2018

CEFAÏ, Daniel.; **MELLO**, Marco Antonio da Silva.; **VEIGA**, Felipe Berocan; **MOTA**, Fabio Reis (Orgs.). *Arenas Públicas: Por uma etnografia da vida associativa*. Niterói: EDUFF, 2010.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano I: as artes do fazer.* Petrópolis: Vozes, 1997.

COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS DO RIO. *Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro*, 2015.

FÁVERO, Osmar. *Educação não-formal: contextos, percursos e sujeitos.* Educação & Sociedade. Campinas, v. 28, n. 99, p. 614-617, 2007.

FREIRE, Leticia de Luna. *Mobilizações coletivas em contexto de megaeventos esportivos no Rio de Janeiro*. In: O Social em Questão, ano XVI, nº 29, p. 101-128, 2013.

FREIRE, Leticia de Luna; **TAFAKGI,** Mariana. *O que está em jogo na "cidade olímpica"? Conflitos e resistências acerca da remoção de assentamentos populares no Rio de Janeiro*. In: CUNHA, Neiva Vieira da; FREIRE, Leticia de Luna; MACHADO-MARTINS, Maíra; VEIGA, Felipe Berocan (org). Antropologia do Conflito Urbano: conexões Rio-Barcelona. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 51-74, 2016.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GARCIA, Valéria Aroeira. *A educação não-formal como acontecimento.* Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2009.

GOHN, Maria da Glória. *Educação não-formal e cultura política*. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo. Cortez, 2003, 5a ed..

_____. *A educação não-formal e a relação escola-comunidade.* In: Revista ECCOS, no 2, vol. 6, p. 39-65, 2004.

_____. *Educação não-formal na pedagogia social.* In: I Congresso Internacional de Pedagogia Social. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092006000100034&lng=en&nrm=abn>. Acessado em 23/06/2018.

_____. *Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos*. In: Investigar em Educação, v. 2, n. 1, 2014.

GONÇALVES, Rafael Soares. *As favelas do Rio de Janeiro: história e direito*. Rio de Janeiro: Pallas: PUC-Rio, 2013.

GRUPO DE TRABALHO ACADÊMICO PROFISSIONAL MULTIDISCIPLINAR (GTAPM). *Parecer sobre as propostas de urbanização da Associação de Moradores da Vila Autódromo e de reassentamento da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro para os moradores da Vila Autódromo*, 2013.

GUIMARÃES, Renato Consentino Vianna. *Barra da Tijuca e o Projeto Olímpico: a cidade do capital*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

HARVEY, David. *Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio.* In: Espaço & Debates - Revista de Estudos Regionais e Urbanos. Ano XVI, n. 39, 1996.

LEITÃO, Gerônimo Emílio Almeida. *A construção do eldorado urbano: o plano piloto da Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá*, 1970-1988. Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 1999.

_____, Gerônimo Emílio Almeida. Vila Autódromo, Morro da Providência e Complexo do Alemão: o que têm em comum essas três favelas cariocas nas vésperas da realização dos chamados "megaeventos"? In: CUNHA, Neiva Vieira da; FREIRE, Leticia de Luna; MACHADO-MARTINS, Maíra; VEIGA, Felipe Berocan (org). Antropologia do Conflito Urbano: conexões Rio-Barcelona. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 75-89, 2016.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

MAGALHÃES, Alexandre de Almeida. *Transformações no "problema favela" e a reatualização da "remoção" no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

MARTINS, Carlos Benedito. Sobre a noção de prática. In: Novos Estudos, São Paulo: CEBRAP, n. 62, p. 163-181, 2002.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo editorial, 2015.

MIGUEL, Luís Felipe. *Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro.* 2003. In: Revista Sociologia Política, Curitiba, n. 20, p. 115-134, 2003.

MÜNCH, Marcela. *Direitos Humanos e a colonização do urbano: Vila Autódromo na disputa*. Rio de janeiro: Lumen Juris, 2017.

NABACK, Clarissa Pires de Almeida. *Remoções biopolíticas: o habitar e a resistência da Vila Autódromo*. Dissertação (mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica – Rio, 2015.

NASCIUTTI, Luiza Freire. *Gênero, cidade e luta: narrativas resistentes das mulheres da Vila Autódromo*. Monografia (graduação em Produção Cultural) - Universidade Federal Fluminense, 2016.

OMENA, Erick. *A "Copa das Manifestações" e os Processos de Governança Urbana no Brasil*. In: SANTOS JUNIOR, Orlando; GAFFNEY, Christopher; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (orgs). Brasil: Os Impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016. Rio de Janeiro: E-papers, 2015.

_____, Erick. *Exerting State Power in Core and Semi-peripheral Countries: land clearance and domination strategies in London, Rio de Janeiro and Johannesburg*. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano) - School of the Built Environment, Oxford Brookes University, 2017.

PEREIRA, Elaine Aparecida Teixeira. *O conceito de campo na obra de Pierre Bourdieu: possibilidades de análise para pesquisas em história da educação brasileira*. In: Revista Linhas. Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 337 – 356, 2015.

PETTI, Daniela Ramos. *"Não tem preço, ninguém esquece sua vida assim": Uma etnografia sobre a "luta" contra as remoções de favelas no Rio de Janeiro*. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Centro de Pesquisa e Documentação, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2016

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro (2013-2016).* Rio de Janeiro, 2012.

_____. *Explicando a política de habitação da Prefeitura do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://medium.com/explicando-a-pol%C3%ADtica-de-habita%C3%A7%C3%A3o-da-prefeitura/pol%C3%ADtica-habitacional-do-rio-suas-diretrizes-e-n%C3%BAmeros-macros-ce687846392 acesso em: 23/06/2018.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

SANTOS JUNIOR, Orlando; GAFFNEY, Christopher; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (orgs). Brasil: Os Impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016. Rio de Janeiro: E-papers, 2015.

SPOSITO, Marilia Pontes. *Juventude e Educação: interações entre a educação escolar e a educação não-formal.* In: Educação & realidade, v. 33, n. 2, 2008.

TAFAKGI, Mariana. *Copa e Olimpíadas pra quem? Uma etnografia sobre os impactos sociais e as mobilizações coletivas no processo de preparação do Rio de Janeiro como sede de megaeventos esportivos.* Revista Ensaios, v. 7, p. 1-16, 2014.

VAINER, Carlos; **BIENENSTEIN,** Regina; **TANAKA**, Giselle; **OLIVEIRA,** Fabricio; **LOBINO**, Camilla**.** *O Plano Popular da Vila Autódromo, uma experiência de planejamento conflitual.* In: Anais Encontros Nacionais da ANPUR, v. 15, 2013. Disponível em: http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/4316/4186. Acesso em 23/06/2018.

VALLADARES, Licia do Prado. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

ANEXOS

A lagoa de Jacarepaguá, o terreno depois da demolição do Autódromo, as Avenidas Salvador Allende e Embaixador Abelardo Bueno. Fonte: Uol Esportes, 2010.

Durante o processo de construção do Parque Olímpico e remoção na Vila Autódromo. Fonte:The Megacity Iniciative, setembro de 2015.

A Vila Autódromo depois da urbanização. Fonte: Mario Tama Getty images Rede Record, 2016.

Roupas secando no novo varal improvisado. Foto Mariana Tafakgi, julho 2014

“Para a segurança das crianças é proibido a permanência de estranhos nesse local”, Parquinho das crianças. Foto: Mariana Tafakgi, dezembro de 2015

Crianças brincando com os escombros. Foto: Mariana Tafakgi, abril de 2014

Crianças brincando com os escombros. Foto: Mariana Tafakgi, junho de 2014

Horta de Agroecologia Urbana, Foto: Mariana Tafakgi, junho de 2015

Inauguração do Museu das Remoções. Foto: Mariana Tafakgi, maio de 2016

Fossa verde. Foto: Mariana Tafakgi, novembro de 2014

Festival Cultural Ocupa Vila Autódromo. Foto: Mariana Tafakgi, dezembro de 2014

Vendas no Ocupa Vila Autódromo. Foto: Mariana Tafakgi, outubro de 2015

Nos escombros surge uma nova pensão. Foto: Mariana Tafakgi, junho 2015

Vender refeição para operários do Parque Olímpico se torna uma nova fonte de renda. Foto: Mariana Tafakgi, dezembro de 2015

Depois que a padaria foi demolida, as vendas são feitas em casa. Foto: Mariana Tafakgi, dezembro de 2014

I Candomblé em Defesa da Casa de Nanã. Foto: Mariana Tafakgi, outubro de 2015

Café da Manhã comunitário na Avenida Abelardo Bueno. Foto: Mariana Tafakgi, setembro de 2014

Missa na Praia de Copacabana. Foto: Mariana Tafakgi, junho de 2015

Portaria improvisada na entrada da Vila Autódromo. Foto: Mariana tafakgi, setembro 2014

Pichações nos tapumes colocado pela Prefeitura. Foto: Mariana Tafakgi, dezembro de 2015

Vigília para impedir demolições arbitrárias. Foto: Mariana Tafakgi, junho de 2015

Protesto contra a demolição da Associação de Moradores. Foto: Mariana Tafakgi, fevereiro de 2016

Protesto depois da demolição da Associação de Moradores. Foto: Mariana Tafakgi, fevereiro de 2016

Protesto depois da demolição da Associação de Moradores. Foto: Mariana Tafakgi, fevereiro de 2016

Protesto depois da demolição da Associação de Moradores. Foto: Mariana Tafakgi, fevereiro de 2016

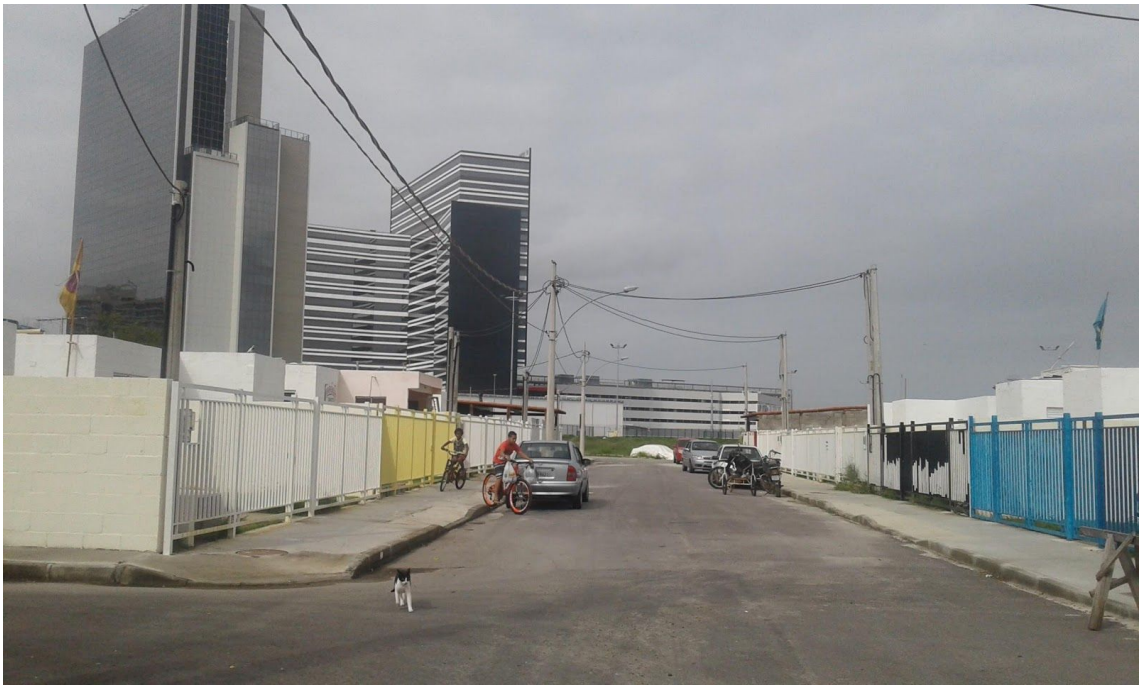
Adaptações nos contêineres que os moradores moraram durante a construção das casas urbanizadas. Foto: Mariana Tafakgi, maio de 2016

Adaptações nas casas urbanizadas, morador faz de sua nova residência um Espaço Cultural. Foto: Mariana Tafakgi, agosto 2016.

Museu das Remoções tem como nova sede a casa de uma moradora. Foto: Mariana Tafakgi, agosto de 2016

Pichação no tapume com frase proclamada pelo prefeito. Foto: Mariana Tafakgi, Outubro de 2014

Manifestação da Vila Autódromo. Foto: Mariana Tafakgi, outubro de 2014.



Vila Autódromo urbanizada. Foto: Mariana Tafakgi, Maio de 2017

Vista da laje da moradora Maria da Penha. Foto: Mariana Tafakgi, agosto de 2014